

Esforços e Benefícios da Integração do Género no Sector de Energia Renovável da SADC





Esforços e Benefícios da Integração do Género no Sector de Energia Renovável da SADC



Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)
Divisão de Energia, Secretariado da SADC,
SADC House, Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel (+267) 3951863, Email registry@sadc.int
Website www.sadc.int

Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral
Instituto Regional para o Desenvolvimento Económico (REDI)
Instituto de Género para Além das Desigualdades
Julius K. Nyerere House, 15 Downie Avenue, Belgravia
Box 5690, Harare, Zimbabwe
Tel (+263 4) 791 141 Email redi@sadc.net
Website www.sadc.net Conhecimento para o Desenvolvimento

© SADC, SARDC, 2016
Caixas, Tabelas e Figuras como especificado

ISBN 978-0-7974-7356-0

Este livro é acessível on-line através da Biblioteca Virtual do SARDC para a África Austral Conhecimento para o Desenvolvimento www.sadc.net, que está ligado ao website da SADC www.sadc.int

Todos os direitos são reservados. O conteúdo deste livro pode ser citado com o devido crédito aos autores e parceiros da publicação, mas não pode ser reproduzido, parcial ou integralmente, sem a permissão dos detentores dos direitos autorais.

Citação: SADC, SARDC. 2016. *Esforços e Benefícios da Integração do Género no Sector de Energia Renovável da SADC*. SADC, SARDC. Gaborone, Harare

Produção e Edição SARDC Publishing
Capa e Maquetização SARDC Publishing (Tonely Ngwenya, Anisha Madanhi)

A designação de entidades geográficas, a utilização de quaisquer nomes nesta publicação e a apresentação do material não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da SADC e do SARDC relativa ao estatuto legal de qualquer país ou território ou área da sua autoridade, ou à delimitação das suas fronteiras ou limites.

Este documento foi produzido no âmbito de um projecto financiado pela Agência Austríaca para o Desenvolvimento/Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento. Toda a responsabilidade do conteúdo desta publicação é dos autores; as informações e opiniões expressas não refletem necessariamente o posicionamento oficial da Agência Austríaca para o Desenvolvimento/Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento.



A Energia desempenha um papel fundamental na agenda de desenvolvimento da região da SADC.

O acesso à energia moderna e confiável é fundamental para o avanço da agenda de industrialização e para lidar com os desafios de desenvolvimento, como a pobreza, as desigualdades de género e segurança alimentar. O acesso à energia pode ser visto como um factor libertador para as mulheres e um elemento fundamental que permite as mulheres desempenharem um papel igual aos dos homens no desenvolvimento de qualquer região.

A maioria das mulheres e raparigas na região da SADC dedica grande parte do seu tempo em tarefas básicas morosas, não-remuneradas e muito complicadas, como a coleta de lenha, sem acesso a serviços energéticos modernos. Isto agrava ainda mais as desigualdades do género porque muitas mulheres, especialmente nas áreas rurais e periurbanas, não tem acesso a um emprego assalariado, educação ou oportunidades de negócios devido a essas responsabilidades e isso também limita as opções para a interação social e política fora do agregado familiar.

Em todos os Estados Membros, as mulheres e raparigas são na sua maioria responsáveis pelas actividades domésticas e comunitárias, incluindo o fornecimento de energia, sobretudo nas áreas rurais e periurbanas, e, portanto, são as produtoras de energia primária, assim como as usuárias finais a nível doméstico. A escassa participação das mulheres na concepção dos sistemas de energia, acesso a recursos e nos processos de tomada de decisão a nível nacional e regional é um grande desafio dentro da relação entre o género e energia. A tendência regional a nível de tomada das principais decisões está mais inclinada para os homens, cabendo as mulheres uma percentagem inferior a 10 por cento na maior parte das estruturas de liderança.

As mulheres são desproporcionalmente afectadas por desafios associados ao acesso a fontes modernas de energia em comparação com os homens. Isso afecta os processos de desenvolvimento, incluindo a energia, uma vez que o desenvolvimento sustentável não pode ser alcançado sem direitos plenos e iguais para metade da população, tanto na lei como na prática. A região precisa de desenvolver mecanismos voltados para abordar as desigualdades no sector da energia, bem como para expandir o papel das mulheres no desenvolvimento, bem como na implementação de soluções de energia.

A produção, aquisição, transporte e distribuição de energia ainda perpetua os desequilíbrios de género, especialmente para as mulheres que vivem nas áreas rurais. A fonte primária de energia para a população rural na maior parte dos Estados Membros da SADC é a biomassa que pode ser conseguida a mais de cinco quilómetros de distância das áreas residenciais. Isto tem um impacto negativo sobre as mulheres, não só porque têm que percorrer longas distâncias a pé, mas também porque as mulheres costumam a transportar cargas pesadas de lenha nas suas cabeças o que pode comprometer a sua saúde física e bem-estar. Em algumas situações, onde a colecta de lenha é restrita por meio de regulamentações formais, as mulheres ficam mais vulneráveis ao assédio sexual ou a multas pela recolha ilegal da lenha.

A Energia é reconhecida mundialmente como o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em falta, mas está incluída na No. 7 dos novos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados em 2015. O acesso à energia por todos é um dos principais objectivos fixados pela União Africana no âmbito da sua Agenda 2063.

A nível regional, o Tratado da SADC visa a paridade de género e o modelo de desenvolvimento da SADC, o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), identifica o género e a energia como uma área crítica para o desenvolvimento e para a integração regional. O RISDP Revisto para 2015-2020 define claramente a importância de alcançar a paridade de género a todos os níveis, bem como garantir que o género seja integrado em todos os sectores.

O actual quadro da política de energia da SADC é abrangente e coloca ênfase sobre a disponibilidade de serviços de energia suficientes, fiáveis e menos onerosos. Isso resolve os objectivos mais amplos da SADC que incluem a atracção de investimentos e a competitividade promovendo o comércio como um meio para a erradicação da pobreza, alinhado com a utilização ambientalmente sustentável dos recursos energéticos.

Os principais instrumentos políticos que orientam o sector de Energia na SADC são:

- ♦ Protocolo da SADC sobre Energia (1998);
- ♦ Política e Estratégia de Cooperação no Sector de Energia da SADC (1996);
- ♦ Plano de Acção da SADC para a Energia (1997) e (2000); e
- ♦ Estratégia Regional e Plano de Acção para o Acesso a Energia na SADC (2010).

O Protocolo reconhece o importante papel das mulheres e dos homens na implementação de programas de energia e insta os Estados-Membros a "garantir que o desenvolvimento e o uso de energia tome em consideração as realidades de género da região." Nas orientações no âmbito de Cooperação, o protocolo também reconhece que a dimensão do género é um dos problemas socioeconómicos fundamentais que a política energética da região deve enfrentar. Isto é complementado pelo Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento e pelo Tratado da SADC que procuram facilitar directamente autonomia das mulheres e influenciar positivamente os interesses de equilíbrio do género.

A promoção da participação da comunidade na formulação e implementação de políticas, com especial atenção na dimensão do género é destacada no Protocolo de Energia da SADC. Outros assuntos são o comércio de energia; planeamento integrado de recursos; eficiência e conservação energética; gestão da procura; preço da energia; envolvimento do sector privado e outros intervenientes não estatais; a concorrência de energia; formação e capacitação; investimento e financiamento; e o meio ambiente.

Os abundantes recursos energéticos renováveis disponíveis na região da SADC oferecem uma excelente oportunidade para aumentar o acesso à energia moderna e devem ser usados como um trampolim para lidar com os desequilíbrios de género no sector. Melhorias no acesso a electricidade e acesso a combustíveis modernos de cozinha podem trazer benefícios para a saúde e para o meio ambiente.

Devemos, portanto, fazer mais para usar e desenvolver fontes de energia renováveis. Isso pode ser feito ao lidar com alguns dos desafios que continuam a dificultar e a limitar os níveis de penetração e utilização da energia renovável em toda a região. Estes desafios incluem o uso inadequado dos quadros legislativos e regulamentares que sustentam o desenvolvimento do mercado.

A 34ª reunião dos Ministros de Energia da SADC realizada em Julho de 2015 na África do Sul definiu o movimento para a energia renovável, fazendo uma decisão histórica para o estabelecimento do Centro Regional para as Energias Renováveis e Eficiência Energética (SACREEE). O centro deve percorrer um longo caminho na promoção da captação de fontes de energia renováveis e tecnologias na África Austral.

Estamos muito animados em apresentar nesta publicação os esforços e os benefícios da integração do género no Sector de Energia da SADC pois documenta algumas das experiências e práticas eficazes extraídas das iniciativas existentes nos 15 Estados Membros da SADC.

O objectivo é construir uma forte base de evidências dos benefícios da integração do género no sector porque julgamos que será útil para os Estados Membros e outros intervenientes do sector de energia uma vez que eles caminham rumo a implementação dos seus compromissos para garantir que o género seja integrado em todos os níveis e em toda a programação em consonância com as metas regionais, continentais e globais.

Agradecemos o nosso relacionamento de longa data como um parceiro de conhecimento do Secretariado da SADC e pelo nosso trabalho conjunto nesta iniciativa, através da Divisão de Energia, de produção desta publicação.

Também queremos agradecer a Agência Austríaca para o Desenvolvimento pelo seu apoio consistente e contribuição para o desenvolvimento sustentável à África Austral através do financiamento desta importante iniciativa.

Esta publicação reflecte o espírito de cooperação e parceria que reforça os esforços colectivos dos povos da África Austral para alcançar a visão de um futuro partilhado dentro de uma comunidade regional.

Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral
SADC Agosto de 2016

CONTEÚDOS



PREFÁCIO	3
CONTEÚDOS	5
ABREVIATURAS	6
AGRADECIMENTOS	7
INTRODUÇÃO	8
1 QUADRO GERAL DO GÊNERO E ENERGIA RENOVÁVEL NA SADC	9
2 DIMENSÕES DO GÊNERO NO ACESSO A ENERGIA RENOVÁVEL	14
3 QUADROS INSTITUCIONAIS SENSÍVEIS AO GÊNERO	18
4 PRÁTICAS EFICAZES DA INTEGRAÇÃO DO GÊNERO NA ENERGIA RENOVÁVEL	25
5 BENEFÍCIOS DA INTEGRAÇÃO DO GÊNERO NO SECTOR DE ENERGIA RENOVÁVEL	30
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	33
REFERÊNCIAS	36
Lista de Tabelas	
Tabela 1.1 Resumo de Leis, Políticas e Programas de Energia Renovável na SADC	12
Tabela 2.1 Impacto de cozinhar com combustíveis sólidos sobre a Poluição do Ar Doméstico na SADC, 2012	16
Tabela 3.1 Instrumentos sobre Energia Renovável nos Estados membros da SADC	21
Tabela 3.2 Estrutura de liderança de alguns membros da RERA	22
Tabela 3.3 Empresas membros do SAPP	23
Tabela 4.1 Relações de Género e Energia nas Políticas dos Países da CEDEAO	27
Tabela 5.1 Satisfação das necessidades de Energia e Inquietações da mulher	30
Lista de Figuras	
Figura 1.1 Recursos de Energia, Países do Continente	9
Figura 3.1 Os quatro pilares do RISDP revisto	20



ABREVIATURAS

AFREA	Acesso a Energia Renovável em África
AFREC	Comissão Africana de Energia
AIDS	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
COMESA	Mercado Comum para a África Austral e Oriental
ECREEE	Centro da CEDEAO para a Energia Renovável e Eficiência Energética
ECOWAS	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
ECO-Gen	Programa da CEDEAO sobre a Integração do Género no Acesso a Energia
ESP	Plano do Sector de Energia
EREP	Política de Energia Renovável da ECOWAS
ETG	Grupo Temático de Energia
GAP	Plano de Acção do Género
GFU	Unidades Focais do Género
HIV	Vírus de Imunodeficiência Humana
ICS	Fogões melhorados
LPG	Gás do Petróleo Liquefeito
MRU	União do Rio Mano
MW	Megawatts
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
PV	Fotovoltaico
REASAP	Estratégia Regional e Plano de Acção de Acesso a Energia
RECS	Sistema Colectivo de Electrificação Rural
RE	Energia Renovável
RERA	Associação Regional dos Reguladores de Electricidade da África Austral
RETs	Tecnologias de Energia Renovável
RIDMP	Plano Director Regional para o Desenvolvimento de Infra-estruturas
RISDP	Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional
RIO+20	Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável
SACREEE	Centro Regional para Energia Renovável e Eficiência Energética
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SARDC	Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral
SAPP	Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral
SDGs	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
SE4ALL	Energia Sustentável para Todos
SIF	Quadro Estratégico sobre o Género e Desenvolvimento
TWH	Terawatt
UNDP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNIDO	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
WACCA	Aliança de Cozinha Limpa na África Ocidental
WHO	Organização Mundial de Saúde

AGRADECIMENTO



O Instituto Regional para Desenvolvimento Económico e o Instituto Além das Desigualdades do Género do Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) reconhecem o apoio e a participação de instituições e pessoas singulares na produção desta publicação sobre os *Esforços e Benefícios da Integração do Género no Sector de Energia Renovável da SADC*.

O processo de desenvolvimento da publicação envolveu uma pequena, mas dedicada equipa de autores e revisores especialistas de assuntos sobre o género ou energia - Nyarai Kampilipili, Idaishe Chengu e Danai Majaha, sob a orientação de Joseph Ngwawi, Chefe do REDI, e de Kizito Sikuka, seu adjunto.

Reconhecemos também com profundo apreço a orientação do Director Executivo do SARDC, Munetsi Madakufamba, que apoiou o processo todo, desde a conceptualização da iniciativa através de ideias e análise informada; Phyllis Johnson, Directora Fundadora do SARDC e de Projectos Especiais, pelo engajamento activo através de uma análise técnica e crítica para assegurar uma boa apresentação e precisão dos factos; e Dambudzo Jambwa, Chefe dos Serviços Financeiros do SARDC, pelo seu conhecimento do género e questões financeiras.

Agradecimentos especiais vão para o trabalho criativo da equipa de composição e maquetização do SARDC, composta por Tonely Ngwenya, Anisha Madanhi, Shirley Pisirai e a estudante estagiária Ntombikamama Moyo, que trabalhou para garantir um produto apresentado de uma forma atraente e acessível.

Expressamos a nossa gratidão à Agência Austríaca de Desenvolvimento pelo generoso apoio financeiro disponibilizado para a pesquisa, desenvolvimento e produção desta publicação como parte de uma iniciativa de um grande projecto.

A contribuição e o papel fundamental desempenhado por todas as instituições e pessoas singulares que apoiaram a preparação desta publicação, sem podermos mencionar os seus nomes, também merece o nosso agradecimento. Obrigado pelo vosso apoio. Esperamos que fizemos justiça neste assunto, acreditando que o produto seja útil e supere as suas expectativas.

SARDC

Agosto 2016



INTRODUÇÃO

Esforços e Benefícios da Integração do Género no sector de Energia Renovável

Esta publicação foi desenvolvida como uma fonte de conhecimento para apoiar a formulação e implementação de políticas e programas para o Sector de Energia Renovável da SADC. Essas políticas estão fundamentadas e fortalecidas com base numa análise confiável que permite e facilita a integração do género. Os esforços empreendidos até à data pelos Estados Membros da SADC, bem como os benefícios da integração do género no sector de energia renovável, estão devidamente documentados.

A equidade e a igualdade do género são uma área principal de foco na agenda de integração e os Estados Membros da SADC têm apoiado o princípio básico de que os homens e as mulheres devem ser envolvidos no processo de tomada de decisões a todos os níveis e em todas as áreas de desenvolvimento socioeconómico em conformidade com o Tratado da SADC.

O quadro de igualdade do género, como é o caso do Protocolo da SADC sobre o Género e Desenvolvimento tem como objectivo "proporcionar a autonomia das mulheres, eliminar a discriminação e alcançar a equidade e igualdade do género, através do desenvolvimento e aplicação de legislação, políticas, programas e projectos sensíveis ao género." O Protocolo contém artigos sobre a justiça económica e a autonomia das mulheres que são aspectos relevantes para o sector da energia.

Esta intervenção destina-se a descrever o desenvolvimento e a implementação da Estratégia e Plano de Acção para a Energia Renovável que operacionaliza o novo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) da SADC (2015-2020). Esta intervenção também está em consonância com a iniciativa das Nações Unidas sobre a Energia Sustentável para Todos (SE4ALL).

O quadro de Estratégias e políticas, a nível regional, inclui o Plano Director de Desenvolvimento Regional de infra-estruturas da SADC (2012), o novo RISDP (2015) e o Protocolo da SADC sobre Energia (1996). As novas políticas relacionadas com a energia, algumas das quais estão ainda em desenvolvimento, incluem:

- ♦ Estratégia e Plano de Acção de Acesso Regional a Energia;
- ♦ Instrumento de Tomada de Decisão sobre Biocombustível na SADC;
- ♦ Quadro Sustentável de Biocombustíveis; e
- ♦ Estratégia e Plano de Acção de Energia Renovável da SADC.

Em abril de 2015, a SADC aprovou a Estratégia e o Roteiro de Industrialização, que identifica a energia como um sector importante no processo inclusivo para industrializar a região por envolver tanto as mulheres como os homens.

Esta publicação identifica as estratégias sensíveis ao género no subsector de energia renovável e avalia a sua abertura para melhorar o acesso para as mulheres. Práticas eficazes para a integração do género na energia renovável foram colhidas na África Austral e na África Ocidental, que estão bem avançados no desenvolvimento de respostas a este respeito, para permitir que os Estados Membros da SADC tirem exemplos para a formulação, fundamentação e implementação de políticas.

Na descrição dos esforços para a integração do género no sector de energia renovável da SADC nos Estados Membros e na documentação dos benefícios da mesma, foram identificadas algumas iniciativas importantes, apesar de algumas poderem ter escapado da nossa atenção. Esta é uma nova área de aplicação e estudo, com muitas iniciativas emergentes, e esta apresentação é apenas indicativa e não detalhada.

QUADRO GERAL DO GÊNERO E ENERGIA RENOVÁVEL NA SADC

1



1.1 Introdução

O sector de energia é um dos principais motores do desenvolvimento económico na África Austral como mostra a modelo de desenvolvimento da região, o novo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2015-2020. A região está relativamente bem dotada de vastos recursos energéticos como hídricos, combustível lenhoso, carvão, gás natural e capacidade nuclear. A agenda de desenvolvimento da África Austral depende de electricidade para projectos de infraestruturas que visam melhorar a economia e o desenvolvimento social na região. Apesar da maioria dos Estados-membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) possuir abundantes recursos energéticos, alguns não têm capacidade técnica para usá-los de forma eficaz. Como resultado, a produção e o consumo de energia é muito variável em toda a região.

A cooperação no subsector da electricidade na África Austral é coordenada pelo Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), que é um organismo regional de 16 membros que coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de energia eléctrica em nome de empresas de electricidade dos Estados Membros da SADC. Todos os serviços públicos que participam no SAPP tem direitos e obrigações iguais. A este respeito, os membros se comprometeram a partilhar informação e conhecimento, ser politicamente neutro, e desenvolver o planeamento, critérios operacionais e procedimentos comuns.

As empresas de electricidade dos Países da SADC localizados no continente - com a excepção de Angola, Malawi e Tanzânia - estão interligados através do SAPP, permitindo-lhes vender electricidade para o outro através de um mercado competitivo. os Estados Membros da SADC enfrentam escassez de fornecimento de energia eléctrica desde 2007, com consequências e custos económicos.

1.2 Recursos de Energia na Região da SADC

A África Austral está relativamente bem-dotada de recursos energéticos. A Figura 1.1 mostra os principais recursos de energia disponíveis Estados Membros da SADC localizados no continente.

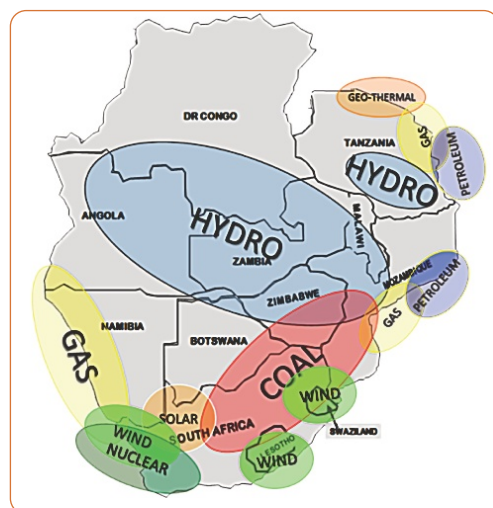
A região da SADC possui um grande potencial de energia que vai desde fontes de energia solar, eólica, nuclear, hidroeléctrica, térmica, gás e petróleo, conforme ilustrado na figura 1.1. Entretanto, a biomassa é de longe a principal fonte de energia na maioria dos Estados Membros da SADC. A biomassa tradicional, como a lenha e o carvão representam mais de 45 por cento do consumo final de energia na região e, se a biomassa moderna, como o bagaço utilizado para as caldeiras da indústria do açúcar, for incluída, a quota global de biomassa atinge mais de 57 por cento (REN21, 2015).

A utilização de biomassa, no entanto, varia de País para País, havendo alguns Estados-Membros como a República Democrática do Congo (RDC) que apresentam uma cifra superior a 70 por cento de contribuição no consumo da biomassa tradicional como fonte de energia. A biomassa é também uma fonte principal de energia em Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, onde é responsável por cerca de 60 por cento do consumo total de energia.

A elevada partilha da biomassa no consumo total de energia na SADC pode estar associada à baixa quantidade de habitantes das zonas urbanas. A população total da região foi estimada pela SADC em cerca de

Figura 1.1

Recursos de Energia, Países do Continente



Apresentação do SAPP no Seminário de Especialistas envolvidos na Revisão do RISDP, Maio de 2013

300 milhões em 2016 e estima-se que possa crescer a uma taxa de cerca de 1,7 por cento por ano podendo atingir cerca de 350 milhões até 2027, de acordo com o Plano Director de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC. No entanto, menos de 40 por cento da população vive nas áreas urbanas, onde geralmente há um maior acesso à eletricidade.

A electricidade na SADC é principalmente produzida através de recursos térmicos ou hidroeléctricos. Actualmente o carvão é a espinha dorsal de produção de energia na região e uma parte significativa dos recursos são destinados à exportação. A região tem uma grande reserva de energia hidroeléctrica de baixo custo, especialmente a partir do reservatório de Inga, na RDC, e da Barragem Kariba, na fronteira entre a Zâmbia e Zimbabwe, bem como grandes reservas de carvão barato no Botswana, Moçambique, África do Sul e Zimbabwe.

A madeira é o maior recurso energético da biomassa, mas outras fontes de biomassa incluem culturas alimentares, capim, ramos de árvores, resíduos provenientes da agricultura e silvicultura, algas, petróleo e componentes orgânicos dos resíduos urbanos e industriais. A utilização de recursos de energia de biomassa, como resíduos agrícolas, pode contribuir para reduzir o custo da eliminação dos resíduos.

A maior parte das pessoas que utilizam a biomassa na região vivem nas áreas rurais. Os países com as percentagens mais elevadas de uso da lenha e carvão vegetal para cozinha são a RDC, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. Na Zâmbia, 80 por cento das famílias dependem da biomassa para fins energéticos. No Zimbabwe, o uso do combustível de biomassa é actualmente de 66 por cento do consumo total de energia. O uso da biomassa é elevado no Malawi, representando 98 por cento do consumo total de energia a nível doméstico.

Em termos comparativos, os países com a percentagem mais baixa são as Maurícias, Seychelles e África do Sul, ambos possuindo estratégias de distribuição de venda bem estabelecidas e altas taxas de acesso à electricidade, gás liquefeito de petróleo (GLP), petróleo e carvão.

A média regional de uso de combustíveis sólidos, em 2013, na SADC (61,2 por cento) foi consideravelmente menor que na região da CEDEAO (85,7 por cento), devido principalmente ao baixo uso nas Maurícias, Seychelles e África do Sul. Sem contar com estes três países, os dados da SADC sobem para 80,9 por cento, uma cifra próxima da média da CEDEAO.

O gás natural está a tornar-se cada vez mais significativo para o sector de energia da região uma vez que Moçambique, Namíbia, África do Sul e a República Unida da Tanzânia estão a desenvolver campos de gás natural nos seus respectivos países (SARDC, 2010). Novas descobertas de gás natural por empresas petrolíferas internacionais em Moçambique e na Tanzânia, durante a última década, suscitaram o interesse dos investidores nesta região antes pouco explorada. O emergente sub-sector de petróleo e gás é, no entanto, atormentado por preços voláteis e, embora a região seja dotada de alguns recursos de petróleo e gás, estes não estão directamente disponíveis para a região devido a compromissos estrangeiros ou a falta de infra-estruturas necessárias para a sua exploração, processamento, armazenamento e distribuição para toda a região.

Havendo preocupações sobre energia sustentável e sobre o impacto dos combustíveis de origem fóssil, a energia renovável tornou-se um sub-sector importante, tanto na região da SADC como em todo o mundo. Tecnologias como a energia hídrica, biocombustíveis, energia eólica e solar oferecem vastas oportunidades para uma região que se esforça na industrialização e desenvolvimento de infra-estrutura, um processo que depende do consumo de energia.

Serviços de energia renovável, por exemplo, podem trazer benefícios sociais e económicos tangíveis para as populações rurais não servidas pela rede de eléctrica. Quando disponível a um custo acessível, a energia renovável pode ser aplicada para usos produtivos e contribuir para a redução da pobreza em áreas marginalizadas. Além disso, fontes de energia renováveis são fontes indígenas disponíveis localmente e, portanto, melhoram a auto-suficiência energética, limitando a dependência das importações de combustíveis fósseis. Auto-suficiência energética reduz a exposição a volatilidade do preço e importação de energia e minimiza o impacto económico negativo da volatilidade do fornecimento (IRENA, 2013).





A energia renovável representa somente 23,5 por cento do total da produção de energia, e a África Austral produz actualmente cerca de 74 por cento da sua electricidade a partir de centrais a carvão. Exceptuando a energia hidroeléctrica, que é responsável por cerca de 20 por cento da produção total de energia da SADC, as outras fontes de energias renováveis, como a eólica e a solar, não são consideradas como principais contribuintes para as necessidades de electricidade da região.

Estados Membros da SADC estabeleceram uma meta para aumentar a contribuição da energia renovável para fornecimento de electricidade até 27 por cento, em 2020, e até 29 por cento, em 2030. Esta meta foi estabelecida tendo em conta novas centrais Hidroeléctricas planeadas para serem construídas em Moçambique, RDC, Lesotho, e ao longo o rio Zambeze. Na parte norte da região da SADC, o Projecto da Central de Inga, na RDC, terá uma capacidade de produção de 40.000 megawatts (MW) após a sua conclusão. A barragem de Kariba, na fronteira entre a Zâmbia e o Zimbabwe, no meio do sistema regional de instalações hidroeléctricas, tem a capacidade teórica para produzir mais de 1,600MW de electricidade para os dois Países. A linha de Cahora Bassa fornece 1,920MW de electricidade a partir de uma central hidroeléctrica no rio Zambeze, no centro de Moçambique.

O plano de energia no Plano Diretor Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas (RIDMP) propõe que a capacidade adicional para além de 2027 deve ser baseado numa combinação de energia hidroeléctrica, eólica e solar. Além de energia hidroeléctrica, a SADC estima que o maior acréscimo da capacidade de energia renovável será a partir de energia eólica, seguida pela energia solar fotovoltaica (PV). O interesse em tecnologias fotovoltaicas e energia eólica está a aumentar e vai desde pequenos arranjos de painéis de PV domésticos para instalações em larga escala. Vários projectos de energia solar e eólica de média e larga escala já estão em vigor ou chegar ao encerramento financeiro, apoiado pelas inovações tarifárias e incentivos fiscais.

A África do Sul instalou centrais de energia solar através do projecto de painéis solares no Campo de Ventos de Jasper, no Cabo Norte, e no Campo de Ventos da Baía de Jeffrey, que produzem 96MW e 138MW, respectivamente. O desenvolvimento de novos projectos na Zâmbia vai acrescentar cerca de 1.200MW de energia solar para a rede nacional. No Botswana, o potencial de energia solar é alto, enquanto potencial de energia eólica é moderado. Moçambique, Namíbia, Tanzânia e Zimbabwe também estão a demonstrar o cometimento dos Governos na utilização de energias renováveis para a rede de electricidade.

Estudos geológicos recentes forneceram evidências de que o Malawi, Moçambique e a Tanzânia têm um enorme potencial para a energia geotérmica, o que poderia reduzir a forte dependência de combustíveis fósseis e de energia hidroeléctrica, apesar das recentes fontes de petróleo e gás desenvolvidas nas áreas costeiras proporcionarem as tão necessárias rendas de desenvolvimento. A energia geotérmica é indígena, ambientalmente amigável, e uma tecnologia que tem sido subutilizada.

O campo geotérmico nas imediações do Lago Natron, na Tanzânia, vai permitir que a energia alimente o principal sistema da rede da Empresa Tanzaniana de Electricidade. No Malawi, 21 principais fontes termais são relatados na área entre a planície de Chitipa-Karonga e Chipudze, na região sul. Para Moçambique, as áreas mais promissoras para o desenvolvimento de energia geotérmica estão nas províncias do norte e centro. Existem várias fontes com temperatura baixa (abaixo de 60 graus Celsius) encontradas ao longo e a oeste das principais falhas nas áreas de Espungabera-Manica, perto da fronteira com o Zimbabwe. África do Sul é também relativamente bem-dotado com 87 nascentes termais documentadas, com temperaturas variando de 25 a 67,5 graus Celsius. (SARDC, 2010).

1.3 Quadros Orientadores

O desenvolvimento de energia renovável na SADC é guiado por uma série de importantes compromissos regionais e internacionais, por exemplo, a iniciativa das Nações Unidas sobre a Energia Sustentável para Todos (SE4ALL). A SE4ALL estabeleceu uma metodologia baseada no consenso e identificação de indicadores concretos para acompanhar o progresso global em direção a três objectivos. Estes objectivos são: garantir o acesso universal a serviços

energéticos modernos, duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética e duplicar a quota das energias renováveis no cabaz energético global, SE4ALL.

O desenvolvimentos de energia renovável na SADC é geralmente orientado pelo novo RISDP, bem como pelo Plano de Actividades de Energia da SADC. O Protocolo da SADC sobre Energia, adoptado em 1996, é o documento legal de base na definição do ritmo e da modalidade para o desenvolvimento de energia na região. Uma das estruturas operacionais regionais importantes desenvolvidas e aprovadas pela SADC é o Plano Director Regional de Desenvolvimento das Infraestruturas (RIDMP). O Quadro da Política de Energia Renovável da SADC é outro instrumento regional fundamental que foi criado para formar a base sobre a qual as políticas nacionais de energias renováveis são desenvolvidas e operacionalizadas dentro da região.

Os outros quadros políticos que se seguiram ao protocolo de energia incluem a Política e Estratégia de Cooperação para o Sector de Energia da SADC (1996), o Plano de Acção para a Energia da SADC (1997), e o Plano de Actividades de Energia da SADC (aprovado em 2000). Os quadros mais recentes que estão sendo desenvolvidos para a plena implementação são a Estratégia e Plano de Acção Regional de Acesso a Energia (2010), Instrumento de Tomada de Decisão sobre Biocombustível na SADC (2010), e o Quadro de Biocombustíveis Sustentáveis (2010).

SADC concluiu a Estratégia e Plano de Acção Regional de Acesso a Energia (REASAP) em 2010 e o Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas da SADC: Plano Sectorial de Energia, em 2012. Estes instrumentos influenciam o desenvolvimento de políticas e estratégias de energias renováveis a nível nacional entre os Estados Membros da SADC.

Tabela 1.1 resume as principais políticas e estratégias que moldam o desenvolvimento das energias renováveis na África Austral.

Tabela 1.1 Resumo de Leis, Políticas e Programas de Energia Renovável na SADC

	Políticas e Estratégias	Tecnologias
Angola	Lei Geral de Electricidade (1997)	
Botswana	Projecto de Política Nacional de Energia do Botswana (2015), Estratégia de Energia de Biomassa, REFIT (2010, em revisão)	Biomassa, solar PV, Aquecimento solar da Água, CSP, eólica
RDC	Informação não disponível	Biomassa, hidroeléctrica, solar, eólica
Lesotho	Quadro da Política de Energia (2002), Plano de Acção de Energia (2003)	Fogões melhorados, hidroeléctrica, solar PV, eólica
Malawi	Política Nacional de Energia (2003), Estratégia de Energia de Biomassa (2009), Projecto da Estratégia de Energia Renovável (2014), Fundo de Electrificação Rural (REF) (2004), Regulamento de Electrificação Rural (2008), Lei de Electrificação Rural (2004), Lei de Energia (2004), Lei de Electricidade (2004)	Biomassa, biogás, resíduos municipais, hidroeléctricas de pequena escala, geotérmica, solar, eólica
Madagáscar	Plano de Acção do Madagáscar, Programa Nacional de Promoção do Desenvolvimento de Fontes de Energia Renovável para o período 2014-2019	Fogões solares, produção de energia renovável
Maurícias	Estratégia de Energia de Longo Prazo 2009-2025, Plano de Acção para a Estratégia de Energia 2011-2025	Etanol da cana de açúcar, hidroeléctrica, solar PV, eólica
Moçambique	Plano Director de Energia (2008), Política e Estratégia Nacional de Biocombustíveis (2009), Política de Energia Renovável (2011), Estratégia de Energia de Biomassa (2013)	Fogões melhorados, biodiesel, solar PV, aquecimento solar da água, eólica
Namíbia	Livro Branco sobre a Política Energética (1998), Plano Director de Energia e Electricidade, Lei de Electricidade de 2007 (Lei n.º 4, de 2007), Revisão das Directrizes de Energia elaboradas em 2014	Biomassa, solar PV, eólica
Seychelles	Estratégia de Desenvolvimento Sustentável 2010-2030, Lei de Energia das Seychelles 2012	Biomassa, resíduos, solar PV, eólica
África do Sul	Livro Branco sobre a Política Energética (1998), Livro Branco sobre Energias Renováveis (2003), Plano Integrado de Recursos de Energia Eléctrica (2010 actualização), Licitação do Programa de Produtores Independentes de Energia Renovável (2011)	Bioenergia, resíduos, hidroeléctrica de pequena escala, solar PV, eólica marítima
Swazilândia	Política Nacional de Energia (2002), Plano Nacional de Energia (NEP, 2003) e Estratégia Nacional de Energia (PNE 2009), Plano de Acção para a Energia Renovável, 2007	Biomassa, bagaço, hidroeléctrica, solar PV, aquecimento solar da água, eólica
Tanzânia	Quadro de Pequenos Produtores de Energia (SPP) para instalações de até 10 MW. Ainda não tem REFIT. Estratégia de Energia de Biomassa (2014)	Biomassa, resíduos, hidroeléctrica de pequena escala, solar PV
Zâmbia	Política Nacional de Energia, 1994	Biomassa, resíduos, hidroeléctrica de pequena escala, solar PV
Zimbabwe	Plano de Electrificação Rural, Estratégia de Energia Alternativa, Estratégia de Energia de Biomassa, Energia Renovável (em acurso)	Biomassa, biogás, hidroeléctrica, solar, eólica

REN21, 2015

1.4 Mulheres e o Acesso a Energia Renovável

Um dos desafios enfrentados pela região da SADC é a disponibilização de serviços modernos de energia para a sua população, e isso tem um impacto muito diferente nas mulheres e nos homens. As mulheres, especialmente as mulheres rurais, enfrentam continuamente obstáculos relacionados com a energia e estão amarradas à dependência do tipo de fontes de energia disponíveis para as suas necessidades de cozinha e iluminação. Serviços básicos, como electricidade para iluminação e tecnologias limpas de cozinha são ainda um luxo para muitas comunidades rurais, e isso afecta de forma desproporcional as mulheres que geralmente têm responsabilidades de fornecedoras e usuárias finais de energia, apesar de em grandes herdades a energia também ser usada para irrigação, principalmente por parte dos homens.

As principais extensões da rede estão principalmente limitadas para as áreas urbanas e as pessoas que vivem nas áreas rurais têm acesso limitado à rede nacional. Se elas têm acesso a electricidade da rede, elas geralmente não são capazes de efectuar grandes consumos de energia eléctrica e limitam-se a usá-la apenas para a iluminação. Apesar da região ter avançado no sentido da adopção de tecnologias de energias renováveis para facilitar o acesso a energia, as mulheres ainda não têm acesso a essas opções por causa dos custos iniciais proibitivos para a instalação de equipamentos para tal.

Em termos de integração global do género no sector da energia na região, a SADC é signatária da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW). A CEDAW, por exemplo, refere-se explicitamente aos direitos de electricidade das mulheres e obriga os Estados Partes da Convenção a tomar todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra as mulheres nas zonas rurais e para que as mulheres tenham o direito de gozar de condições de vida adequadas, particularmente nas esferas da habitação, saneamento, electricidade e abastecimento de água, transportes e comunicações.

A Declaração e Plataforma de Acção de Beijing (1995), o Protocolo da SADC sobre o Género e Desenvolvimento, a Política de Género do COMESA e, finalmente, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) são quadros orientadores sobre a igualdade de género na região. Os Estados-Membros também têm compromissos de igualdade de género expressa ou apoiadas através de instituições regionais mais amplas, como a União Africana (UA), a sua Carta e o Protocolo de Maputo de 2003 e a Nova Parceria Económica para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) no seu quinto objectivo atinente a igualdade de género. A SADC também produziu um Kit de Recursos para a Integração do Género para ser utilizado como manual de referência, pelo Secretariado e pelos Estados-Membros, no desenvolvimento de políticas para promover a igualdade do género na África Austral.

Para a prossecução da sua integração económica no sector da energia, a SADC estabeleceu organizações subsidiárias para implementar vários programas, projectos e actividades energia. Os Ministros da SADC responsáveis pela Energia aprovaram a elaboração de vários programas para apoiar o desenvolvimento de tecnologias de energia renovável na região, um dos quais é o Centro Regional da SADC para Energia Renovável e Eficiência Energética (SACREEE) aprovado em 2015. O SACREEE será baseado na Namíbia com o mandato para apoiar o alcance dos objectivos de desenvolvimento sustentável dos Estados Membros da SADC (SARDC, 2016).

Conclusão

Conforme destacado nesta secção, a região da SADC está dotada de vastos recursos energéticos como a energia hidroeléctrica, os combustíveis de biomassa, carvão, gás natural e energia nuclear. Além vasto potencial de energia hidroeléctrica, a região da SADC tem enormes reservas de combustíveis fósseis e biocombustíveis, incluindo a biomassa de fontes de energia renováveis. Este potencial tem a capacidade de eliminar os desafios da pobreza de energia na região, libertando assim as mulheres de alguns dos constrangimentos diários causados pela procura demorada do combustível lenhoso, especialmente nas áreas rurais e periurbanas. Os Estados-Membros são incentivados a consolidar as estruturas existentes em benefício dos seus cidadãos sem acesso à energia eléctrica, através do investimento na pesquisa, fornecimento recursos e soluções de energia limpa que são vantajosas para as mulheres que, normalmente, são as mais atingidas pela escassez de energia, o que multiplica a sua carga de trabalho. Tecnologias de energia renovável, apesar de serem caras na fase inicial da sua instalação, são uma solução mais barata a médio e longo prazo.



O acesso à energia é uma pré-condição necessária para alcançar as metas de desenvolvimento que vão muito além do sector da energia. A erradicação da pobreza, o aumento da produção de alimentos, o fornecimento de água potável, a melhoria da saúde pública, a melhoria da educação, a criação de oportunidades económicas e a autonomia das mulheres podem ser alcançados se houver acesso à energia renovável. Na verdade, o fornecimento de energia segura, limpa, confiável e acessível para aqueles que actualmente não têm acesso é visto amplamente como a chave para fazer avançar a agenda de desenvolvimento regional.

O acesso à energia na maioria dos países africanos continua a ser um dos desafios mais críticos que limitam o desenvolvimento sustentável em todo o continente. A África é a única região do mundo onde a percentagem da população eletrificada é menor que o crescimento da população total. O acesso à electricidade na África subsaariana, por exemplo, é de apenas 17 por cento, e é a mais baixa taxa do mundo (REN21, 2015). De acordo com a Estratégia e Plano de Acção Regional de acesso a Energia da SADC a maioria das pessoas na região têm algum grau de acesso à energia, mas este é muitas vezes restrito e inadequado. A maioria dos cidadãos da África Austral sofrem de pobreza energética porque elas não têm acesso suficiente a serviços energéticos adequados, acessíveis, eficazes e ambientalmente sustentáveis que poderiam apoiar o desenvolvimento económico e humano.

De acordo com a REN21, a procura de electricidade na África Austral está a aumentar a uma taxa de crescimento de três por cento por ano devido ao aumento das actividades económicas que resultam na diminuição da capacidade de excedente. Durante a última década, a percentagem de pessoas que sem acesso a serviços energéticos modernos reduziu para quase 10 por cento, dos cerca de 25 por cento, apesar da população mundial ter expandido significativamente. Embora as energias renováveis desempenhem um papel fundamental na redução do fosso, os avanços não estão distribuídos de forma uniforme em toda a região.

As zonas rurais são as mais afectadas pela falta de acesso a energia onde, em alguns Países, cinco por cento das pessoas têm acesso à electricidade e continuam sem acesso a serviços energéticos modernos, (SADC, 2012). As taxas de acesso de electricidade variam amplamente, de nove por cento na RDC para 100 por cento nas Maurícias. Em países como a Tanzânia e Zimbabwe, existem grandes disparidades no acesso entre as zonas urbanas e rurais, com 71 por cento contra sete por cento e 80 por cento contra 14 por cento, respectivamente. Isso sugere que ainda existem grandes áreas que permanecem pouco atendidas pela rede de electricidade, apesar de fortes esforços regionais para corrigir os desequilíbrios no acesso a energia.

A África Austral - com uma população total de quase 300 milhões de pessoas, sendo a maioria mulheres que vivem nas áreas rurais - tem vindo a registar escassez de energia desde 2007. Uma divisão do acesso à energia é visível nos vários Estados Membros da SADC, com uma pequena proporção de pessoas com acesso a fontes de energia de qualidade, enquanto a maioria das pessoas usam uma variedade de fontes ineficientes de energia que muitas vezes colocam em risco a saúde. Programas de electrificação rural na sub-região não são disponibilizados como planificado devido a muitas restrições, incluindo a falta de financiamento e suporte técnico.

2.1 Definição do Acesso à Energia

De acordo com a Estratégia Regional de Acesso a Energia da SADC, a definição comum de "acesso à energia" é o uso real de energia. Em termos de electricidade, o acesso das famílias à electricidade é considerado como sendo o uso real de electricidade por parte de um agregado familiar através da ligação à rede de electricidade ou à alguma electricidade fora da rede eléctrica. O termo "acesso", no sentido mais amplo, é usado para designar a um agregado familiar que está localizado num centro onde a electricidade está disponível, mas este conceito é rotulado com mais precisão como "taxa de penetração" de electricidade.

2.2 Barreiras para as mulheres no acesso às energias renováveis

O papel das mulheres no sector das energias renováveis é indefinido por causa da percepção de que elas são apenas usuárias finais passivas. As mulheres desempenham um papel fundamental no fornecimento e consumo de energia dentro das famílias e possuem conhecimentos valiosos relevantes para soluções de energia sustentável (SARDC, 2015). Devido a estereótipos culturais as mulheres estão excluídas da participação nos mercados de energia e também desclassificadas das parcerias público-privadas relevantes para os desfavorecidos.

As mulheres na maioria dos casos não têm acesso à capacidade para a adopção de tecnologia de energia limpa que os homens podem ter. Em parte, a falta de atenção às abordagens centradas nas mulheres no sector da energia na região pode ser explicada por uma falta de consciência da necessidade de integração do género - devido à falta de dados desagregados por sexo, falta de consciência dos benefícios a serem obtidos e a incorporação da análise do género na formulação de projectos de energia e uma falta de conhecimentos sobre a integração do género no sector da energia (Clancy, 2000).

2.3 Falta de Acesso a Tecnologias de Energia Renovável por parte das mulheres

As mulheres nas zonas rurais e periurbanas não são conhecedoras das Tecnologias de Energia Renovável (RETS) e não tem informações sobre os fornecedores e sobre a disponibilidade de recursos. As RETS continuam a ser uma fonte cara de energia para as comunidades, como beneficiárias, particularmente para as mulheres que estão na faixa de renda baixa.

A maioria das mulheres na África Austral, especialmente nas áreas rurais, não podem arcar com os custos iniciais dos sistemas de energia solar, lanternas, fogões melhorados sem que haja subsídios, empréstimos a juros baixos e garantias de empréstimos. As mulheres são ainda afectadas pela falta de políticas destinadas a melhorar o sector informal que em muitos países da África Austral é responsável por uma grande parte do Produto Interno Bruto, onde a energia é intensiva e que são altamente povoados por mulheres (Mabebe-Wright, 2014). As mulheres são muitas vezes excluídas dos programas, das capacitações e dos projectos de tecnologia de energia limpa que têm um enorme potencial para melhorar as suas vidas.

2.4 Falta de quadros institucionais sensíveis ao género

A Declaração e Plataforma de Acção de Beijing, a Agenda da União Africana 2063 e o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento apelam para partilha de 50/50 de representação das mulheres nos cargos de tomada de decisão. No entanto, esta meta não foi ainda atingida, especialmente no sector da Energia. As mulheres estão pouco representadas na tomada de decisão quando se trata de energia em comparação com os homens que formam a maioria dos cargos de tomada de decisão. As organizações regionais, que são responsáveis pela promoção da investigação e preparação de documentos do posicionamento sobre os principais aspectos de regulação e análise das políticas regionais não integram o Género nas estruturas de tomada de decisão. A Associação Regional de Reguladores de Electricidade da África Austral (RERA) e o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) são ambos chefiados por homens, e dos 15 Ministros da SADC responsáveis pela Energia, 13 são homens e duas são mulheres. Este desequilíbrio nas estruturas do sector da energia de tomada de decisão pode dificultar o acesso das mulheres à energia renovável, a menos que quadros políticos claros sejam acordados e implementados.

O acesso a serviços modernos e sustentáveis de energia podem reduzir significativamente o tempo e o fardo das actividades das mulheres, bem como melhorar as condições de saúde e oportunidades para o emprego e capacitação nas comunidades. Embora o acesso das mulheres à energia seja considerado, na maioria dos quadros institucionais ainda existem barreiras de género que impedem o acesso à energia renovável.

Nas conferências internacionais sobre as mulheres, em particular, a Quarta Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Beijing, China, em 1995, os governos de todo o mundo assumiram o compromisso de melhorar a situação das mulheres em todos os sectores, incluindo o de energia. A igualdade de acesso aos serviços de energia é primordial de acordo com as

resoluções de Beijing. No entanto, 20 anos após a Conferência de Beijing a maioria das mulheres na África Austral ainda encontra-se sem acesso à energia renovável. Isto é, em parte, contribuído pela falta do desenvolvimento de quadros legais e regulamentares destinados a aumentar o acesso à energia renovável. A maioria das Agências Reguladoras de energia na região estão focalizadas em supervisionar as actividades nos setores de petróleo / electricidade, portanto, deixando de lado tecnologias de energia limpa que têm a capacidade de aliviar a carga de energia nas mulheres. O uso da legislação para criar condições de concorrência equitativa no sector pode tornar as RETS competitivas com os combustíveis convencionais (ECA, 2006).

2.5 Falta de acesso a rede de electricidade e restrições financeiras

O fornecimento de electricidade para as áreas mais pobres na África Austral é um dos maiores desafios político, porque apesar da sub-região possuir abundantes fontes de energia fóssil e fontes de energia renovável, a exploração desses recursos continua a ser uma tarefa difícil devido a importantes obstáculos tecnológicos, institucionais e financeiras. Investimentos inadequados na energia, setores de energia subdesenvolvidos a jusante e a má gestão são algumas das barreiras que deixam os pobres como sendo os mais afectados.

A SADC está a trabalhar para o desenvolvimento do acesso à rede de electricidade e melhorias no acesso a rede também são visíveis com a ampliação do uso de tecnologias de energia renovável nas áreas rurais, galvanizadas por agências especializadas de electrificação rural. A Tanzânia tem estado a se destacar como um dos principais mercados a este respeito. Apesar dessas melhorias feitas, algumas áreas da região, especialmente as áreas rurais ainda não têm acesso às suas redes nacionais.

Extensões das principais redes estão na sua maioria limitadas a áreas urbanas e as pessoas nas áreas rurais enfrentam um acesso limitado à rede nacional. Uma vez que a maioria da população da SADC são mulheres, muitas das quais vivendo nas áreas rurais onde geralmente realizam trabalhos pesados, elas carregam a responsabilidade do fornecimento dos recursos energéticos usados na família e são, portanto, muitas vezes forçadas a caminhar longas distâncias a procura de biomassa. As mulheres das áreas urbanas também são afectadas pelas políticas de gestão e procura de energia eléctrica, devido a escassez de fornecimento de corrente eléctrica nos Estados Membros da SADC.

Tabela 2.1 Impacto de cozinhar com combustíveis sólidos sobre a Poluição do Ar Doméstico (HAP) na SADC, 2012

	Porcentagem da População que usa combustíveis sólidos para cozinhar (%)	Número de pessoas afectadas pela HAP	Número de famílias afectadas pela HAP	Número de famílias afectadas pela HAP	Número de morte de crianças causadas pela HAP por ano
Angola	56	11 659 494	2 372 053	7 804	2 843
Botswana	37	741 447	176 535	311	27
RDC*	93	61 105 736	12 431 590	53 202	27 582
Lesotho*	62	1 271 958	269 843	1 869	788
Madagáscar*	98	21 848 036	4 458 783	16 375	3 628
Malawi	97	15 429 289	3 588 207	13 250	5 852
Moçambique	96	24 195 259	5 498 923	12 858	6 373
Namíbia	55	1 242 666	263 269	1 056	142
África do Sul	13	6 654 610	1 411 761	7 623	1 283
Swazilândia*	62	763 211	161 913	714	183
Tanzânia	96	45 871 783	9 361 588	20 353	12 012
Zâmbia	83	11 682 332	2 376 699	8 629	4 190
Zimbabwe	70	9 607 022	2 038 109	9 158	3 915
SADC		212 072 843	44 409 633	153 229	68 818

Ren21, 2015
 Nota a poluição do ar doméstico inclui, principalmente monóxido de carbono e partículas em suspensão, de acordo com a Organização Mundial de Saúde. Ambos são produtos de combustão incompleta e são perigosos para a saúde. A tabela não inclui os dados das Maurícias e das Seychelles. * Indica dados estimados pela OMS

Como alternativa, as mulheres recorrem a biomassa que só pode ser encontrada a longas distâncias dos seus locais de residência. Isto tem um impacto negativo sobre a saúde das mulheres porque elas percorrem longas distâncias a pé em busca de biomassa e transportam cargas pesadas de lenha nas suas cabeças, o que pode comprometer a saúde física e bem-estar. Em algumas situações, onde a coleta de lenha é restrita por regulamentações formais, as mulheres ficam vulneráveis ao assédio sexual, agressão verbal ou multas pela recolha de lenha ilegal.

A ausência de dispositivos de economia de trabalho básico e tecnologias limpas, tais como fogões melhorados cria transtornos para muitas mulheres pobres e também as impede de realizarem outras actividades produtivas. Apesar de ser barata e acessível, a utilização da biomassa para fins de cozinha também tem implicações graves para a saúde.

A maioria da população da região da SADC, excluindo as Maurícias e as Seychelles, são afectadas pela poluição do ar doméstico resultante do fumo no interior das residências, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, e a maioria dos afectados são mulheres. Isto causa a morte de um número estimado em 153.229 pessoas por ano (REN21, 2015). A poluição doméstica causa mais mortes de mulheres e crianças por ano do que o HIV/SIDA, malária, tuberculose e desnutrição, todos juntos (IISD, 2013). Veja a Tabela 2.1.

2.6 Acesso a iniciativas e oportunidades de energia na África Austral

A África Austral tem uma riqueza de tecnologias renováveis que servem como uma base sólida para a melhoria do acesso a energia na região e em todo o continente, portanto, a região avançou no sentido da adopção de tecnologias de energias renováveis como alternativas à electricidade.

A Agência Internacional de Energia Renovável estima o potencial de produção de electricidade a partir de novos projectos hidroeléctricos em grande escala na região (excluindo a Grande barragem de Inga) em 38,657MW, enquanto que em pequena escala o potencial hidroeléctrico é de 3,420MW, PV, o potencial solar é de 2.195 Terawatt-hora (TWh), o potencial solar térmico é de 1,093Twh, a biomassa representa 8,470MW e a energia eólica tem um potencial de 153,180MW.

A África do Sul assumiu a liderança estratégica no desenvolvimento das energias renováveis, com uma meta planificada de 17,8 gigawatts de electricidade produzida a partir de fontes renováveis de energia entre 2010 e 2030. Outros países da região estão rapidamente a pôr em prática mecanismos regulatórios e financeiros necessários e a avançar com uma variedade de projectos de energia renovável.

Apesar de existirem ainda vários desafios como a falta de recursos financeiros para investir em extensões da rede, principalmente para as áreas rurais, onde reside a maioria da população nos países da SADC, há um progresso significativo no sentido de garantir que a população da África Austral tenha acesso a energias renováveis em resposta aos recursos de combustíveis fósseis e energias renováveis abundantes na região. A região está a trabalhar para superar os desafios relacionados com a exploração desses recursos em termos de obstáculos tecnológicos, institucionais e financeiras.

A SADC está a trabalhar no sentido de assegurar que todos os cidadãos da SADC tenham acesso a energia, especialmente os das áreas rurais onde não há electricidade da rede e isso requer a construção de redes eléctricas, apesar da implantação de infra-estruturas acarretar enormes custos. A região está a trabalhar para o desenvolvimento de capacidades no sector das energias renováveis, envolvendo a formação de macro planeadores e formuladores de políticas. A falta de capacidade especialista enfraquece o desenvolvimento de políticas na região e retarda o desenvolvimento e o uso de energias renováveis.

Conclusão

As mulheres desempenham um papel fundamental na produção de energia, e a exclusão das mulheres dos programas de capacitação minimiza o desenvolvimento social e a sustentabilidade ambiental. A pobreza energética tem implicações e afecta outros aspectos da pobreza. Portanto, é essencial explorar todas as questões a sua volta, incluindo a questão do género. Especificamente, a falha de incorporação das contribuições e preocupações de homens e mulheres pode diminuir o acesso à rede de electricidade. A incapacidade de considerar os interesses do género e as diferentes necessidades de homens e mulheres podem limitar a eficácia dos programas e políticas de energia, bem como outras actividades de desenvolvimento que envolvem o uso de energia.



QUADROS INSTITUCIONAIS SENSÍVEIS AO GÉNERO



Para a África Austral a emergir como um contribuinte competitivo e eficaz na economia global, precisa de ter boas políticas de energia renovável em vigor, entre outras prioridades de desenvolvimento. Na última década, a maioria dos Estados Membros da SADC iniciaram programas específicos de energia renovável que combinam acções de sensibilização, capacitação, pesquisa e desenvolvimento com algumas actividades para a implantação de tecnologias de energias renováveis. Isso resultou em diferentes graus de progresso que estão sendo alcançados nas principais questões relacionadas com a energia, como a eficiência energética, combustíveis mais limpos, promoção das energias renováveis e promoção da integração energética regional, através do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP).

Apesar destes esforços, ainda não existem estruturas de políticas de energia renovável claramente definidas e planos directores de energia renovável, que prevejam um desenvolvimento claro e abrangente deste sector na maioria Estados Membros da SADC, embora os benefícios associados ao desenvolvimento de energias renováveis sejam reconhecidos.

Os baixos níveis de penetração das energias renováveis e da sua utilização em toda a região são em grande parte atribuídos a uma falta de implementação eficaz de quadros legislativos e regulamentares que iriam apoiar o desenvolvimento do mercado. Além disso, existem mecanismos institucionais e capacidade técnica limitados, a todos os níveis (perícia local e capacidade governamental), para implementar com êxito os programas e projectos de energia renovável.

3.1 Visão Geral do Quadro da Política de Energia Renovável da SADC

O Protocolo da SADC sobre Energia e seu Plano de Actividades, bem como o novo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), são as principais políticas que orientam a implementação das actividades relacionadas com a Energia Renovável.

O Protocolo da SADC sobre Energia de 1996 é o documento legal que orienta o ritmo e a forma para o desenvolvimento de energia na região. A principal estrutura de planeamento desenvolvida e aprovada pela SADC é o Plano Director Regional de Desenvolvimento das Infraestruturas (RIDMP). O Quadro de Política de Energia Renovável da SADC é outro instrumento regional fundamental que constitui a base sobre a qual as políticas nacionais de energias renováveis são desenvolvidas e operacionalizadas dentro da região.

Outros quadros políticos que se seguiram a nível regional incluem:

- ❖ Política e Estratégia de Cooperação no sector da Energia da SADC
- ❖ Plano de Acção da SADC para a Energia (1997),
- ❖ Plano de Actividade de Energia da SADC (2000), e
- ❖ Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (2003).

Os quadros mais recentes concluídos em 2010, algumas das quais estão em desenvolvimento, são:

- Estratégia e Plano de Acção de Acesso Regional a Energia;
- Instrumento de Tomada de Decisão sobre Biocombustível na SADC; e
- Quadro Sustentável de biocombustíveis.

A SADC também concluiu a:

- Estratégia e Plano de Acção de Acesso Regional Energia Renovável (REASAP) em 2010; e
- Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas da SADC: Plano Setorial de Energia, em 2012.

No que diz respeito à capacidade de resposta a equidade de género nas políticas de energia renovável e quadros institucionais, apesar de um vínculo do género, pobreza e energia, ter sido

estabelecido concernente ao alcance de alguns ODS na África Austral, a fase inicial de desenvolvimento de políticas sobre energias renováveis afectou a formulação de leis de equidade de género para promover o acesso das mulheres à energia renovável na região (ECA, 2006).

O quadro jurídico e político da África Austral não reflete uma consideração forte para a integração e programação do género nas políticas de energia e muito menos na agenda de energia renovável.

Apesar do Protocolo sobre Energia da SADC, RIDMP e RISDP terem uma característica comum na medida em que incluem uma secção dos seus artigos que refere à necessidade de integrar o género, esses artigos, até agora, permaneceu apenas uma expressão que é mencionada de forma obrigatória, sem impacto significativo.

O valor da parte que exige a integração do género no sector da energia permanece no papel, porque não houve nenhuma acção de acompanhamento para iniciar o diálogo estratégico e político para além da declaração de necessidade de criar uma consciência e compreensão compartilhada da dinâmica do género face a energia, especificamente a energia renovável. Não há orçamentos previsto para os exercícios de integração do género e nem monitoria e mecanismos de avaliação para controlar a aplicação a nível regional e nacional.

Protocolo da SADC sobre Energia

O Protocolo da SADC sobre a Energia, que foi assinado em 1996 e entrou em vigor em 1998, estabelece o quadro para a cooperação no domínio da energia entre os Estados Membros da SADC. O seu objectivo é dar resposta às preocupações regionais, as prioridades e compromissos dos Estados Membros da SADC em relação a contribuição do sector da energia para o desenvolvimento sustentável.

O protocolo reconhece a importância da energia como um dos factores fundamentais para o desenvolvimento económico e para a erradicação da pobreza. Com vista a atingir esses objectivos, este instrumento convida os Estados-Membros a cooperar no desenvolvimento, harmonização de políticas, estratégias e procedimentos ligados a energia em toda a região. Ele também informa que essas políticas devem garantir a segurança, fiabilidade e sustentabilidade do abastecimento de energia, apelando aos Estados-Membros a cooperar na investigação e desenvolvimento de fontes de energia de baixo custo aplicáveis para a África Austral.

Os objectivos do protocolo visam:

- ❖ Alcançar o desenvolvimento sustentável;
- ❖ Encorajar o desenvolvimento do Setor de Energia da SADC;
- ❖ Reduzir a pobreza;
- ❖ Fomentar a unidade da integração energética regional;
- ❖ Encorajar as novas tecnologias e tendências na produção de energia e uso de energia; e
- ❖ Desenvolver programas de educação, capacitação e sensibilização em matéria de energia para o desenvolvimento sustentável.

Para além destes objectivos, o Protocolo apela para a necessidade da igualdade de género no desenvolvimento de estratégias e estruturas políticas regionais de energia. O Artigo 2 (3) do Protocolo preconiza como um dos seus princípios a necessidade de assegurar que as realidades do género sejam consideradas no desenvolvimento de iniciativas regionais de energia. No entanto, esta secção não tem estimulado novos desenvolvimentos políticos e sociais na melhoria da situação das mulheres no acesso à energia renovável na região.

Plano Director do Desenvolvimento Regional de Infraestruturas: Plano Setorial de Energia

O Plano Director do Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas (RIDMP) foi concebido pelo reconhecimento de que as infra-estruturas são fundamentais para as metas de erradicação da pobreza e de integração regional da SADC. O Plano Director é baseado na Visão 2027 da SADC, projectada para ser implementada em três fases - curto prazo (2013-2017), médio prazo (2017-2022) e longo prazo (2022-2027).

O plano funciona como a principal estratégia para melhorar o acesso à energia através da construção de novas centrais de produção de electricidade, bem como fortalecer as já existentes. No sector da energia, o Plano Diretor focaliza a segurança energética, a melhoria do acesso a serviços energéticos modernos, exploração dos recursos energéticos abundantes no continente e aumento do investimento financeiro, reforçando simultaneamente a sustentabilidade ambiental.

O Plano Setorial de Energia do RIDMP destaca a situação do sector, com projecções e análise de lacunas, bem como as necessidades de infra-estruturas. Os outros aspectos discutidos são investimentos e intervenções necessárias, monitoria, avaliação da implementação dos projectos e o caminho. O Plano Diretor promove a igualdade de género através do incentivo à participação das partes interessadas na integração do género. As partes interessadas podem aproveitar a oportunidade desta posição para criar uma plataforma de mobilizar as mulheres a participar no desenvolvimento de programas e projectos para tirarem benefícios em pé de igualdade com os homens.

Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional

O Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) é uma estrutura abrangente de desenvolvimento e implementação que orienta a agenda de integração regional da SADC. O

RISDP foi revisto para ser implementado de 2015 a 2020. Este instrumento foi projectado para fornecer uma orientação estratégica clara em relação aos programas, projectos e actividades da SADC em consonância com a Agenda Comum e prioridades estratégicas da SADC, tal como consagrado no Tratado da SADC de 1992.

O objectivo final do plano é aprofundar a integração na região, com vista a acelerar a erradicação da pobreza e a realização dos outros objectivos de desenvolvimento económico e não económico. O RISDP apresenta quatro pilares fundamentais, conforme ilustrado na Figura 3.1.

O RISDP Revisto é um dos documentos das política recentes da SADC e as partes interessadas no sector da energia deram início ao processo de alinhamento das suas actividades, programas e projectos com o novo RISDP, tendo em consideração as questões transversais como o género.

A igualdade de género e desenvolvimento é uma das áreas de intervenção do RISDP com vista a assegurar a autonomia e a igualdade de género, bem como a promoção do desenvolvimento e redução da pobreza centrada no ser humano e sensível ao género e a justiça social. Apesar do RISDP apresentar uma declaração sobre a inclusão das mulheres no seu plano de desenvolvimento, há uma falta de diálogo político sobre a forma como as mulheres da região devem tirar os benefícios da implementação das actividades definidas nos seus quatro pilares.

Figura 3.1

Os quatro pilares do RISDP revisto



SADC 2015

3.2 Desenvolvimento de Políticas a nível Nacional

A nível nacional, apesar da maioria dos Estados Membros da SADC possuírem políticas energéticas, não existem, no geral, políticas abrangentes de energia renovável - excepto para a Namíbia, Zâmbia e África do Sul. O Botswana, as Ilhas Maurícias e a África do Sul definiram metas de electrificação com energia renovável nos seus sistemas energéticos. Apenas dois países, a África do Sul e a Namíbia, possuem estruturas reguladoras de energia renovável. Cinco países (Botswana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe) integraram a implantação das energias renováveis nas suas agências de energia / electrificação rural. Mesmo que a absorção de produtos de energia renovável esteja firmada nos Estados-Membros, o consumo está seriamente prejudicado pela falta de uma política concreta ou do alinhamento das políticas com os quadros regulamentares.

Botswana O Sistema Colectivo de Eletrificação Rural do país (CER), que inclui o papel de um pouco de energia renovável, desempenha uma grande função no aumento do acesso a

electricidade através de energia renovável. Os CERs apoiam projectos de integração do género que poderão criar soluções para aumentar as ligações e as taxas de acesso para mulheres e homens (BPS, 2011).

República Democrática do Congo A República Democrática do Congo (RDC) adoptou, pela primeira vez na África, um atlas interativo de fontes de energia renováveis. O Atlas é o resultado de uma série completa de estudos realizados em áreas remotas do país. Apesar do não se referir especificamente às mulheres, ele vai ajudar a compreender os compromissos nacionais na iniciativa "Energia Sustentável para Todos" (SE4ALL, 2014).

Swazilândia De acordo o relatório da SE4ALL do Plano de Acção da Swazilândia para 2014, o Governo do Reino da Swazilândia tem priorizou a energia sustentável numa tentativa de reduzir a insegurança energética e aliviar a pobreza. Em 2014 foi feita análise de lacunas do sector energético e o país iniciou o processo de desenvolvimento da sua SE4ALL inclusa na Agenda de Acção e Orçamento de Investimento para 2015. Neste processo, o país estabeleceu a meta de acesso a soluções de energia limpa e modernas na Swazilândia em 75 por cento até 2018, passando para 85 por cento em 2020 e para o acesso universal até 2025 através da Estratégia e Plano de Acção de Eletrificação Rural da Swazilândia. Este objectivo será alcançado através de tecnologias como o GPL, fogões melhorados, extensão da rede e soluções que incluem sistemas de energia solar e mini-redes que serão de grande benefício para as mulheres.

Zimbabwe Mesmo que o país seja dotado de sol abundante durante todo o ano, os elevados custos de direitos aduaneiros para a importação de tecnologia torna os equipamento de produção de energia, como painéis solares, inacessíveis para a maioria das pessoas, incluindo as mulheres que vivem nas áreas rurais e periurbanas. Os instrumentos legais do Zimbabwe reconhecem o valor destes produtos de energia renovável como motores do desenvolvimento sustentável no país.

A Tabela 3.1 mostra os instrumentos sobre energia renovável que os Estados Membros da SADC têm em funcionamento a nível nacional.

Tabela 3.1 Instrumentos sobre Energia Renovável nos Estados membros da SADC

País	Política Nacional de Energia	Plano Diretor de Energia	Política de Energia Renovável	Estratégia de Energia Renovável	Plano Diretor/ Acção para Energia Renovável	Integração da Energia Renovável na Electrificação Rural
Angola	✓					
Botswana	✓	✓				✓
RDC	✓					
Lesotho	✓					
Madagáscar	✓					
Malawi	✓					
Maurícias	✓	✓		✓	✓	
Moçambique						
Namíbia	✓		✓			✓
Seychelles	✓					
África do Sul	✓	✓	✓	✓		
Swazilândia						
Tanzânia	✓					✓
Zâmbia	✓	✓	✓	✓		✓
Zimbabwe	✓	✓				✓

Divisão da Direcção dos Serviços de Energia e Infra-estruturas da SADC, in SADC / SARDC 2012b

Trata-se da África do Sul, Zâmbia e Namíbia. Esta falta de desenvolvimento de políticas na região sugere que as mulheres estejam extremamente ausentes na esfera formulação e implementação da política da unidade de energias renováveis actualmente em curso. Além disso, provavelmente, não por omissão consciente ou deliberada, pode ser que haja uma abordagem machista inerente ao desenvolvimento de energia devido à natureza técnica do assunto, o que não estimula abertamente a inclusão de abordagens centradas na mulher nos seus modelos.

3.3 Quadros Institucionais

O sector de energia da SADC tem uma estrutura institucional complexa com pelo menos três agências interligadas e directamente envolvidas na formulação ou implementação de actividades de energia e energias renováveis no espaço de política de integração regional. Trata-se da Associação Regional dos Reguladores de Energia (RERA), do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), e Centro Regional para Energia Renovável e Eficiência Energética (SACREEE), bem como o Grupo Temático de Energia da SADC.

Autoridade Reguladora Regional de Energia

A Associação Regional dos Reguladores de Energia (RERA) é constituída por 10 organismos reguladores de Angola, Lesotho, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Swazilândia, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. A RERA foi criada pela SADC como uma associação formal de entidades reguladoras da electricidade em Julho de 2002 nos termos do Protocolo da SADC sobre a Energia, da Estratégia e Política de Cooperação de Energia da SADC, do Plano Setorial de Energia da SADC e do Plano de Actividades de Energia da SADC, no contexto de uma iniciativa mais ampla da NEPAD e da Comissão Africana de Energia (AFREC). O papel da RERA é facilitar a harmonização das políticas de regulamentação, legislação, normas e práticas, e servir de plataforma para uma cooperação eficaz entre os reguladores de energia na região da SADC. Veja a Tabela 3.2.

A estrutura nacional de liderança dos membros da RERA revela uma tendência positiva na participação de mulheres nos conselhos de administração dos organismos nacionais de energia dos Estados Membros da SADC. Na maioria dos casos, mulheres foram nomeadas

para cargos que orientam a política e programas energéticos nacional nos seus respectivos países. No Zimbabwe, tanto o presidente e vice-presidente são mulheres, e o vice-presidente do conselho da África do Sul é também uma mulher. Com o progresso significativo foi feito nos cargos de tomada de decisão dos conselhos reguladores de energia dos Estados-Membros, prevê-se que a colocação de mulheres no centro de influência pode facilitar uma mudança no desenvolvimento de políticas de energia renovável sensíveis ao género.

Tabela 3.2 Homens e Mulheres na estrutura de liderança de alguns membros da RERA

País	Órgão Regulador	Homens	Mulheres
Lesotho	Autoridade de Electricidade e Água do Lesotho (LEWA)	3	3
Malawi	Conselho Regulador de Energia do Malawi; MEWA	4	1
Namíbia	Conselho de Controlo de Electricidade	1	3
África do Sul	Regulador Nacional de Energia da África do Sul (NERSA)	5	4
Zâmbia	Conselho Regulador de Energia da Zâmbia	6	1
Zimbabwe	Autoridade Reguladora de Energia do Zimbabwe	3	3

Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral

O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) é um organismo regional de 16 membros criado em 1995 para coordenar o planeamento, produção, transmissão e comercialização de energia eléctrica em nome das empresas dos Estados-Membros da SADC. Inicialmente composto por 12 empresas nacionais de energia da SADC continental, o SAPP ampliou sua participação para incluir os produtores de energia independentes e empresas de transmissão. Veja a Tabela 3.3.

Mesmo que as metas para os serviços sejam para os cidadãos da SADC, a maioria dos quais são mulheres, é interessante notar que praticamente não há mulheres representadas no Comité Executivo do SAPP. O Comité é composto por 16 indivíduos, todos homens. Os principais cargos de decisão, por exemplo, a coordenação, engenharia, análise de mercado, operações e meio ambiente, são todos actualmente ocupadas por homens. Isto pode ser interpretado como barreiras estruturais que limitam a influência das mulheres na produção, transmissão e distribuição de energia eléctrica na região.

Uma análise do organograma do SAPP revela que funcionários do sexo feminino só estão presentes no Centro de Coordenação do SAPP e somente na qualidade de pessoal administrativo. Esta estrutura pode comprometer o objectivo de criar um mercado regional mais eficiente do SAPP porque o desequilíbrio do género favorece que os homens estejam no comando dos implementadores de políticas que podem não ser sensíveis às considerações especiais do género de acesso a energia na região. Além disso, a visão e os objetivos da organização indicam que o objectivo do SAPP é fornecer ao usuário final uma escolha de electricidade a um custo baixo, disponibilizar energia ambientalmente amigável e aumentar a acessibilidade de energia para as comunidades rurais. A visão e os objectivos são expressos em termos de neutralidade do género o que pode ter efeitos sobre as considerações específicas do género que tem sido omitidas na formulação das políticas.

Centro Regional para Energia Renovável e Eficiência Energética da SADC

Para supervisionar a implementação de políticas, programas e planos de acção de energias renováveis, a SADC criou o Centro Regional para Energia Renovável e Eficiência Energética da SADC (SACREEE) em 2015. o SACREEE, que ainda está por iniciar o seu funcionamento, poderá vir aumentar a absorção de energia limpa na África Austral, permitindo a região enfrentar os seus desafios energéticos. O Centro irá promover a adopção de tecnologias e serviços de Energia Renovável e de eficiência energética com base no mercado dos Estados Membros da SADC. Espera-se que possa contribuir substancialmente para o desenvolvimento de mercados regionais prósperos de energia e de eficiência energética renováveis através da partilha de conhecimentos e assessoria técnica nas áreas de política e regulação, cooperação tecnológica, desenvolvimento de capacidades e promoção de investimentos.

Grupo Temático de Energia

O Grupo Temático de Energia (ETG) é um dos grupos temáticos que surgiu da adopção da Declaração de Windhoek de 2006, que serve de plataforma para dar atenção às áreas prioritárias da SADC e dos Parceiros de Cooperação Internacional. O Grupo Temático de Energia é composto pelo Secretariado da SADC, RERA, SAPP e Parceiros de Cooperação Internacional cujos programas de cooperação cobrem o sector de energia na região. O papel do ETG é melhorar a capacidade e a eficácia do desenvolvimento do sector e facilitar o

Tabela 3.3 Empresas membros do SAPP

Empresa	Situação	Abreviatura	País
Corporação de Energia do Botswana	OP	BPC	Botswana
Electricidade de Moçambique	OP	EDM	Moçambique
Corporação do Abastecimento de Electricidade do Malawi	NP	ESCOM	Malawi
Empresa Nacional de Electricidade	NP	ENE	Angola
Eskom	OP	Eskom	África do Sul
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	IPP	HCB	Mozambique
Corporação de Electricidade do Lesotho	OP	LEC	Lesotho
Companhia de Transmissão de Moçambique	ITC	MOTRACO	Moçambique
NamPower	OP	NamPower	Namíbia
Sociedade Nacional de Electricidade	OP	SNEL	DRC
Companhia de Electricidade da Swazilândia	OP	SEC	Swazilândia
Companhia Limitada de Abastecimento de Electricidade da Tanzânia	NP	TANESCO	Tanzânia
ZESCO Limitada	OP	ZESCO	Zâmbia
Corporação de Energia de Copperbelt	ITC	CEC	Zâmbia
Companhia Hidroeléctrica de Lunsemfwa	IPP	LHPC	Zâmbia
Autoridade de Abastecimento de Electricidade do Zimbábue	OP	ZESA	Zimbábue

SAPP
 OP = Membro Operador
 ITC = Companhia Independente de Transmissão

NP = Membro não Operador
 IPP = Produtor Independente de Energia

planeamento e acompanhamento da execução das iniciativas, programas e projetos de energia da SADC. Essencialmente, serve como interface entre a SADC e outras partes interessadas no sector de energia da região, incluindo o sector privado e doadores.

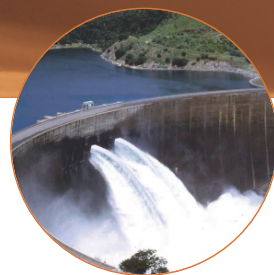
Conclusão

As actividades, planos e discussões sobre Energias Renováveis são baseadas em políticas anteriores, como o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional e o Protocolo da SADC sobre Energia. A inclusão das mulheres e das questões do género em termos de acesso ao paradigma das energias renováveis revela uma lacuna entre os pronunciamentos políticos e aplicação real tal como revelou a análise dos actuais quadros institucionais acima. Há, portanto, uma lacuna entre as declarações e a estratégia de integração da perspectiva do género, porque os artigos e secções sobre a integração do género no quadro da política energética e de energias renováveis, que actualmente existem, não explicitam o que é que a integração implica e porque é que é importante para o sector de energia renovável.



PRÁTICAS EFICAZES DA INTEGRAÇÃO DO GÊNERO NA ENERGIA RENOVÁVEL

4



A declaração pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de 2012, como o "Ano Internacional da Energia Sustentável para Todos" e da "Iniciativa do Secretário-Geral sobre Energia Sustentável para Todos", bem como pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), realizada no mesmo ano, estimulou uma resposta global que reconhece a importância da energia, nomeadamente da energia renovável, e a necessidade do acesso a fontes modernas, limpas e renováveis de combustível para bilhões de pessoas no mundo, especialmente as mulheres como as principais utilizadoras finais.

A igualdade do género e a inclusão social tornaram-se contribuições importantes para compreender plenamente os impactos do desenvolvimento de programas de energia. Focalizando a importância das considerações do género quando se trabalha para a energia para todos, algumas regiões, governos e instituições agem de forma decisiva e tomam a iniciativa de elaborar planos estratégicos para enfrentar as desigualdades nas políticas energéticas e documentam práticas eficazes que África Austral pode aprender, adoptar e adaptar. Já a partir de 2007, na África Oriental, por exemplo, o Governo de Uganda estabeleceu estratégias na sua Política de Energia Renovável para garantir que as mulheres desempenhem um papel importante, e na África Austral, a Política Nacional de Energia revista na Zâmbia assegurava o desenvolvimento do equilíbrio do género no sector de energia.

Os 15 Estados Membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), com um mandato de promover a integração económica em todos os domínios de actividade dos países que constituem a África Ocidental, tem desenvolvido uma política voltada para o futuro, que prioriza abordagens centradas no género e mulheres em todas as facetas de energia e desenvolvimento de energia renovável na região. A CEDEAO considera que os desafios da desigualdade do género no sector da energia são causados quase inteiramente pela falta de considerações do género no processo de planeamento. Portanto, a CEDEAO reconhecer os principais desafios e constrangimentos para a igualdade do género no acesso à energia em três níveis:

- ❖ a nível político,
- ❖ a nível dos fornecedores de energia, seja para fins públicos ou para o mercado privado; e
- ❖ a nível do consumidor de energia.

4.1 Política de Energia Renovável na África Ocidental

A CEDEAO considera a igualdade do género como o motor da integração regional e um desenvolvimento objectivo de grande importância que procura transformar a África Ocidental "numa comunidade justa e segura" em que os homens e as mulheres têm as mesmas oportunidades de participar, decidir, controlar e tirar proveito de todas as iniciativas de desenvolvimento.

Nos últimos anos, a CEDEAO tomou medidas para integrar a energia renovável nas suas actividades e políticas regionais, principalmente através da criação do Centro da CEDEAO para a Energia Renovável e Eficiência Energética (ECREEE). Através do Centro, a região desenvolveu e está em processo de implementação da Política da CEDEAO sobre Energia Renovável (EREP) que visa alcançar acesso universal à energia nas áreas rurais, garantindo simultaneamente o acesso, segurança e sustentabilidade energética.

A EREP observa especificamente a importância da integração da dimensão do género como um dos seus sete objectivos globais. A política visa a integração do género nas questões relacionadas com a energia renovável, em particular as associados aos papéis produtivos das

mulheres. A política afirma que as suas opções de energia renovável oferecerem oportunidades de trabalho tanto para os homens e como para as mulheres nos sectores da indústria e do comércio, mas também na gestão e manutenção de sistemas energéticos descentralizados e individuais. A EREP assegura a igualdade de oportunidades para homens e mulheres no acesso a formação, crédito e fóruns de tomada de decisão local sobre energias renováveis.

Um segundo objectivo aborda o uso de energia pelas famílias e preconiza o fornecimento de soluções de energia doméstica para cozinha, através do uso de fogões melhorados. A política garante que toda a população da CEDEAO tenha acesso as melhores instalações de cozinha através de fogões melhorados ou de combustível, migrando para formas modernas de energia, como o GPL até 2020, o que irá beneficiar as mulheres como as utilizadoras finais.

A EREP inclui as seguintes medidas pertinentes para as mulheres:

- ❖ A política identifica "o apoio à igualdade do género" e a participação das mulheres como um princípio orientador para a sua implementação. As abordagens participativas serão aplicadas.
- ❖ A política adoptou um objectivo concreto de energia para a cozinha (paralelamente a electricidade) que visa "universalizar a disseminação de fogões de alta eficiência (35 por cento) para a população urbana até 2020."
- ❖ Uma meta de penetração de 100 por cento foi definida para 2020 e todos os outros fogões que usam outros tipos de combustível serão retirado do mercado e o seu fabrico será proibida até 2020.

A EREP exige que cada Estado-Membro assegure a integração do género através de um Plano de Acção do Género como parte da Política Nacional de Energias Renováveis com objectivos, resultados, actividades, etc. Os países são solicitados a para realizar advocacia para incluir políticas e visão do género no quadro institucional, e o ECREEE foi mandatado para elaborar directrizes para integrar o género nas políticas nacionais de energia renovável. Nos orçamentos nacionais, um orçamento mínimo deve ser definido para as iniciativas de energia renovável para o género/mulheres.

O quadro político, regulamentar e institucional em torno integração do género no sector da energia está ganhando impulso na região da CEDEAO. Como forma de enfrentar o desafio do acesso à energia, a CEDEAO tomou medidas práticas para capacitar as mulheres e homens, de forma equitativa, envolvendo ambas as partes a contribuir igualmente para soluções para a crise da pobreza energética.

Um dos resultados dessa estratégia foi o lançamento do Programa da CEDEAO sobre a Integração do Género no Acesso a Energia (ECOW-GEN), desenvolvido pelo ECREEE como um programa da CEDEAO independente com um foco especializado em complemento dos esforços regionais para melhorar a energia sustentável para todos.

Uma vez que a SADC trabalha no sentido de completar a criação do secretariado do SACREEE e na definição dos objectivos operacionais, ela poderia também lançar um projecto SACREEE separado sobre a integração do género no domínio da energia na região da SADC.

Como resultado desta abordagem do ECREEE, a África Ocidental tem testemunhado um número crescente de Estados-Membros começando a incorporar referências para a igualdade de género nas suas disposições de política energética (e/ou energia é refletida nas políticas do género). Os Ministérios Nacional de Energia incluem mecanismos de integração do género que incluem a incorporação de questões do género nas decisões de compra para garantir que o alto nível de dotações orçamentais reflita as prioridades para os homens e para as mulheres.

Os Ministérios de energia e as suas divisões são fundamentais para compilar dados desagregados por género sobre empreiteiros de energia, clientes do fornecedor e beneficiários do programa para um controlo e monitoria mais eficazes. Para lidar com a exigência de competências técnicas especializadas necessárias para a produção de dados desagregados por sexo, foi proposta a colocação de uma Unidade Focal do Género (GFU) dentro dos ministérios de energia para assegurar a integração prática da perspectiva do género.

O documento da estratégia da ECOW-GEN inclui vários princípios orientadores que devem ser respeitados em todas as fases, através da implementação. A adopção destes princípios sinaliza

a cultura geral do trabalho político dos Estados membros da CEDEAO. Esses princípios incluem a capacidade de resposta do género nas políticas; participação aberta, democrática e inclusiva; definição de responsabilidades claras; transparência; colaboração; adaptação em termos de aplicação prática para a política ser alinhada com as prioridades de desenvolvimento regional e nacional; e reflexão precisa dos desafios locais e oportunidades existentes.

A ECOW-GEN é específica sobre a necessidade de alocar recursos para a integração do género na formulação e na legislação política, porque este exercício não pode ser bem sucedido a menos que acompanhado por dotações orçamentais formais. Os recursos dedicados a execução da política em cada um dos Estados-Membros será uma combinação dos orçamentos nacionais, financiamento privado e apoio de doadores. Como resultado, registou-se um progresso prático a nível nacional. Mesmo com os limitados recursos humanos e financeiros, em alguns casos, um número crescente de Estados Membros da CEDEAO tomaram medidas para incorporar referências à igualdade do género nas suas disposições de energia ou políticas de género, como ilustra a Tabela 4.1.

Tabela 4.1 Relações de Género e Energia nas Políticas dos Países da CEDEAO

	Política Nacional de Energia	Política de Energia Renovável	Política Eficaz de Energia	Dimensão do Género nas Políticas de Energia	Política Nacional do Género	Relações de Género e Energia nas Políticas
Benin	✓	✗	✗	✗	✓	✗
Burkina Faso	✓	✗	✗	✓	✓	✓
Cabo Verde	✓	✓	✓	✗	✓	✗
Costa do Marfim	✓	✗	✗	✓	✓	✗
Gâmbia	✓	✓	✗	✓	✓	✗
Ghana	✓	✓	✗	✗	✓	✗
Guiné	✓	✗	✗	✗	✓	✗
Guiné Bissau		✗	✗		✓	
Libéria	✓	✓	✓	✓	✓	✗
Mali	✓	✗	✗	✗	✓	✗
Nigéria	✓	✓	✓	✗	✓	✓
Senegal	✓	✓	✗	✗	✓	✗
Serra Leone	✓	✗	✗	✓	✓	
Togo	✗	✗	✗	✗	✓	✓

ECREEE

4.2 Programa da CEDEAO sobre a Integração do Género no Acesso à Energia

O programa da CEDEAO sobre Integração do Género no Acesso à Energia (ECOW-GEN) foi criado em 2013 com o mandato de orientar os Estados Membros da CEDEAO a procederem a integração do género na formulação de políticas, elaboração legislativa, desenho e implementação projectos de energia com a intenção da promoção da igualdade no desenvolvimento de programas de energia, igualdade de acesso aos recursos e igual contribuição para os processos de tomada de decisão por forma a influenciar a expansão de energia na África Ocidental.

Para institucionalizar as intervenções a serem implementadas através do ECOW-GEN, o ECREEE, em parceria com o Departamento de Assuntos Sociais e de Género da CEDEAO, formulou uma política que compromete os Estados-Membros a tomarem medidas concretas para a eliminação de todas as formas de desigualdade na produção e consumo de energia no região da CEDEAO.

A visão global da política da CEDEAO para a integração do género no acesso Energia é um mundo onde homens e mulheres a desfrutarem igualdade de acesso aos serviços modernos de energia, facilmente disponíveis, acessíveis e contribuir para altos padrões de vida e desenvolvimento

Fogões com eficiência energética autonomizam as mulheres no Burkina

A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) fez uma parceria bem sucedida com determinados sectores em Burkina Faso ao trabalhar com o sector tradicional de produção de cerveja, predominantemente liderado por mulheres, e já instalou mais de 1.000 fogões com eficiência energética para promover as tecnologias limpas, mas também para garantir um trabalho seguro e decente.

A intervenção da UNIDO no Burkina Faso concentra-se no desenvolvimento de quatro grupos de mulheres cervejeiras para gerar ganhos colectivos e facilitar a sua integração na cadeia de valor local. Além do aumento da produtividade e da eficiência energética, o projeto melhorou as condições sanitárias e ambientais, para mais de 1.600 mulheres. Ao fornecer fogões com eficiência energética, reduzindo entre 40-50 por cento a quantidade de lenha consumida, o projecto reduziu a frequência da vulnerabilidade e risco de violência física e sexual contra as mulheres e raparigas durante a coleta de lenha.

O projecto também aumentou os lucros e rendimentos das mulheres, conferiu autonomia económica para as mulheres e melhorou a posição social das mulheres nas suas comunidades. A fim de garantir que o projecto forneça um fluxo de renda constante e confiável, uma linha de crédito foi criada para permitir que as mulheres possam comprar os fogões com eficiência energética. O financiamento é fornecido por um Banco Africano regional e implementado por uma instituição financeira local.

Grupo de Mulheres Ndamé Lo

Uma das histórias de sucesso da autonomia económica das mulheres através do acesso aos projectos de energias renováveis é são as Mulheres Economicamente Autónomas do Grupo de Ndamé Lo no Senegal. Em 1994, o grupo tornou-se parte do projecto da UNIDO de inserção das mulheres no desenvolvimento económico do Senegal.

A parceria com a UNIDO permitiu o estabelecimento de fábricas semi-industriais solares para a secagem de frutas e legumes que o grupo está actualmente a exportar para vários países da Europa, incluindo a Suíça. Este sucesso é directamente atribuído ao seu acesso às instalações de secagem industrial e várias sessões de treinamento para fortalecer a capacidade e melhorar as competências de gestão.

O Grupo de Mulheres Ndamé Lo tem desenvolvido a sua capacidade empreendedora e faz produtos que cumprem com os padrões do mercado internacional. Todas as mulheres estão agora alfabetizadas e são capazes de ler os contratos relacionados com o trabalho, contas, e participar em feiras internacionais. Quase todas as mulheres da aldeia se juntaram ao grupo e, assim, foi autorizado devido ao aumento do acesso à energia renovável.

Adaptado do Programa de Integração Económica das Mulheres através do Acesso à Energia na União da Sub-Região do Rio Mano 2013

económico. Este é o primeiro instrumento de política regional que visa colmatar as lacunas de género no sector da energia; criar consciência e compreensão dos formuladores de políticas sobre as políticas sensíveis ao género; expandir as oportunidades de negócios; e promover a informação, educação e comunicação entre os Estados membros sobre o género e energia.

A política cativa interesse de todos os Estados-Membros, inclui metas de desenvolvimento de longo prazo e apresenta metas e prazos concretos para a sua implementação. Com a adopção desta política sobre a integração de género no acesso Energia, os Estados Membros da CEDEAO estarão comprometidos em acções com prazos definidos para lidar com as desigualdades do género na região, uma vez que isto contribui para o desenvolvimento de energia.

4.3 Aliança de Cozinha Limpa na África Ocidental

Em consonância com seus objectivos de promover o acesso à energia, energia renovável e eficiência energética, o ECREEE iniciou uma iniciativa de culinária regional de energia chamada Aliança de Cozinha Limpa na África Ocidental (Wacca). A Wacca desenvolveu um plano de acção em 2012, que foi adotado pelos ministérios nacionais relevantes da CEDEAO em 2014, como um programa liderado pelo ECREEE. A Wacca visa assegurar que, até 2030, toda a população da CEDEAO tenha acesso a combustíveis e dispositivos eficientes, sustentáveis e modernos de cozinha.

O Plano de Acção da Wacca inclui acções específicas de género e reconhece a integração do género no planeamento e implementação de actividades importantes para alcançar os seus objectivos. Mulheres foram identificados como sendo importantes utilizadoras finais dos combustíveis e tecnologias de culinária, mas também como participantes fundamentais na implementação de políticas e marcos regulatórios sobre as iniciativas de cozinha limpa na região da CEDEAO. O plano também aumenta a capacitação em iniciativas de cozinha limpa, apoia e harmoniza as normas e práticas de rotulagem e promove redes e partilha de conhecimentos em termos de tecnologias e inovações.

Como resultado da iniciativa do ECO-GEN Wacca, os Estados Membros da CEDEAO estão a tomar medidas práticas para desenvolver projectos que promovam o acesso das mulheres a projectos de energia, destacando o papel fundamental que as mulheres desempenham na prestação e utilização de energia.

4.4 Programa de Acesso a Energia Renovável em África: da Advocacia à Acção

O Programa de Acesso a Energia Renovável em África (AFREA), financiado pelo Banco Mundial, foi criado em 2009 para apoiar o acesso a serviços de energia na África Subsaariana e já desenvolveu várias abordagens, a título piloto, desenvolveu recursos analíticos e trabalhou com os governos para integrar considerações do género, actualmente em vigor, e novas operações de acesso à energia.

O AFREA para o Género e o Programa Piloto de Energia foi lançado em 2010 para promover o aumento do acesso à energia moderna na África Subsaariana e ainda desenvolver e integrar as

boas práticas na aplicação de uma abordagem sensível ao género nas políticas e projectos para o acesso à energia. Os países participantes incluem o Senegal, Mali, Benin, Tanzânia, Quênia e Zâmbia, estando a decorrer um trabalho preparatório na Libéria e em Moçambique.

Em 2014, o AFREA estabeleceu um programa de Género e Energia com o pressuposto de que "as mulheres e raparigas são desproporcionalmente afectadas pela falta de acesso a serviços modernos de energia". O programa é uma iniciativa transversal para integrar as questões do género no trabalho do AFREA, bem como no trabalho das agências de energia rural na região.

O objectivo do AFREA para o Género é aumentar a adopção de abordagens sensíveis ao género em projectos de energia em África, através do apoio técnico, desenvolvimento de capacidade interna para a integração do género no desenvolvimento do conhecimento de operações de energia e uma melhor monitoria e avaliação (Seck, 2012). Os principais resultados serão o desenvolvimento de uma metodologia para a integração do género em projectos de energia em África, e a construção de uma rede de peritos a nível local, regional e global. A fase II está prevista para expandir o escopo de actividades para além do acesso à energia para incluir infra-estruturas eléctricas, projectos de apoio a empresas nacionais e projectos de reforma política.

O programa estabeleceu ligações entre especialistas do género e da comunidade de energia a nível nacional e regional, bem como a facilitação da colaboração institucional com as Agências de Energia Rural e equipas de trabalho de energia e tem auxiliado o diálogo sobre género para a transição da advocacia para a acção. Na Tanzânia, o programa apoia as mulheres rurais através da técnica de produção de biogás a partir de esterco de vaca. Isso reduziu drasticamente os custos associados a combustíveis de biomassa.

Agências nacionais de energia e prestadores de serviços no Senegal, Tanzânia, Quênia e Mali estão a desenvolver metodologias para considerações do género no desenho e estratégias do projecto. O AFREA tem em particular assistido Mali e a Tanzânia a identificar pontos focais do género e a desenvolver planos de acção de género. Geralmente, os Planos de Acção de Género concentram-se nos seguintes aspectos:

- Construir uma unidade do género e um ponto de referência dentro das agências de energia que pode fornecer suporte sensível ao género às actividades do projeto;
- Treinamento sobre consciencialização do género para o desenvolvimento de capacidades em abordagens sensíveis ao género na formulação de políticas de energia;
- Realizar avaliações do género e revisão de carteiras dos projectos em curso para a integração do género, conforme necessário; e
- Promover intervenções locais e trabalhar com os beneficiários do projecto para identificar as necessidades da comunidade de homens e mulheres, e identificação de determinados grupos para a partilha de informações.

Conclusão

O Programa da CEDEAO sobre a Integração do Género no Acesso a Energia alcançou resultados através de iniciativas concretas do ECREEE orientando os Estados-Membros a procederem a integração do género na formulação de políticas, elaboração legislativa, elaboração e implementação de projectos de energia, com a intenção de promover a igualdade no desenvolvimento de energia através da igualdade de acesso a recursos e igual contribuição na tomada de decisão sobre os processos que esboçam e influenciam a expansão da energia na África Ocidental.

O início prático do diálogo político para além das declarações políticas sobre a equidade e integração no sector de energia renovável entre o ECREEE e os governos, parceiros, partes interessadas e mulheres, a todos os níveis, e com um elevado nível de envolvimento das comunidades permitiu clarificar os quadros das políticas adoptadas pelos Estados Membros. Os Países da África Ocidental estão em vários estágios de estabelecimento de unidades género e energia e de pontos focais de género com dotações orçamentais e mecanismos de monitoria, fazendo com as mulheres tenham acesso a iniciativas concretas sobre as melhores soluções de energia e ganhem meios de subsistência.



BENEFÍCIOS DA INTEGRAÇÃO DO GÊNERO NO SECTOR DE ENERGIA RENOVÁVEL

Evidências consideráveis mostram que a integração do género no sector das energias renováveis melhora a eficácia dos resultados, com base num conjunto mais amplo de participantes, com muitos benefícios tanto para as mulheres como para os homens. Projectos que vão desde a cozinha e acesso à energia, à electricidade e construção de infra-estruturas de petróleo, política energética e planeamento, estão a começar a demonstrar como é que a implementação de abordagens do género pode melhorar o desempenho e aumentar os benefícios. A erradicação da pobreza, o aumento da produção de alimentos, melhores cuidados de saúde e de educação, maiores oportunidades económicas, um ambiente mais seguro e a autonomia das mulheres são factores fundamentais que podem ser abordados através da integração do género nas iniciativas de energia renovável.

5.1 Melhores meios de subsistência

Para a integração do género no sector das energias renováveis, as necessidades das mulheres podem ser classificadas em práticas (garantia da sobrevivência diária), produtivas (geração de renda) e estratégicas (posição das mulheres em obter, na sociedade, maior igualdade com os homens, rumo a autonomia em todos os sentidos). O aspecto prático envolve, por exemplo, iluminação doméstica, fogões de cozinha melhorados para uso doméstico, melhoria da oferta de lenha e tecnologias melhoradas.

O aspecto produtivo aumenta a geração de renda, por exemplo através de tecnologias melhoradas, tais como instalações para a secagem de alimentos e máquinas de costura elétricas, e aumento de habilidades e conhecimentos, tais como estratégias de marketing para fogões melhorados; e aspectos estratégicos no sentido da provisão de iluminação pública para permitir uma maior liberdade do movimento das mulheres após o anoitecer. A Tabela 5.1 apresenta alguns exemplos de como as diferentes formas de energia podem satisfazer os diferentes tipos de necessidades.

Tabela 5.1 Satisfação das necessidades de Energia e Inquietações da mulher

Tipo de Energia	Necessidades e Assuntos		
	Necessidades Práticas	Necessidades Produtivas	Necessidades Estratégicas
Electricidade	- bombeamento do abastecimento de água, reduzindo a necessidade de transporte - moinhos para moagem - iluminação para melhorar as condições de trabalho em casa	- aumento da possibilidade de actividades durante a noite - fornecimento de refrigeração para a produção e venda de alimentos - Energia para empresas especializadas como cabeleireiros e Internet cafés	- Tornar as ruas seguras permitindo a participação da mulher em outras actividades (por exemplo aulas a noite e reuniões de grupos de mulheres) - Abertura de horizontes através da rádio, TV e Internet
Biomassa melhorada (fornecimento e conversão de tecnologia)	- melhoria da saúde através de fogões melhorados - menos tempo e esforço na recolha e transporte de lenha - moinho e moagem	- mais tempo para actividades produtivas - menor custo no processo de aquecimento para as actividades geradoras de renda	controlo das florestas naturais nas estruturas de gestão das florestas comunitárias
Mecânica	transporte e conservação da água e culturas	aumento da variedade de empresas	transporte permitindo o acesso a oportunidades comerciais e sociais / políticas

A energia facilita a redução da pobreza através do aumento da renda, melhoria da eficiência energética das microempresas, ou abertura de novas oportunidades empresariais. Através da participação igual de homens e mulheres nos projectos de energias renováveis, o valioso conhecimento das mulheres é conseguido nas condições locais e ajuda na concepção de mecanismos de serviços de energia.

Reconhecendo que as mulheres rurais podem ter lacunas no conhecimento dos componentes eletrônicos e falta de habilidades com as ferramentas necessárias para trabalhar com os componentes, projectos como lâmpadas que funcionam com bateria produzidos por mulheres rurais no Bangladesh permitiram uma formação adequada para assegurar que lâmpadas seguras fossem produzidos. O treinamento também foi dado nas áreas de contabilidade e secretariado, marketing, vendas e serviços de recarregamento de baterias, portanto, foi dada às mulheres uma oportunidade de construir a sua confiança em realizar actividades práticas. Através envolvendo de homens e mulheres em pé de igualdade nas sessões de treinamento, cria um ambiente em que as mulheres não têm medo de cometer erros ou fazer perguntas.

A integração do género na promoção de tecnologias energéticas renováveis tem um potencial de aumentar o acesso a serviços modernos de energia nas zonas rurais, sobretudo aquelas que actualmente não têm acesso a eletricidade da rede. Movendo-se diretamente para sistemas de energias renováveis de pequena escala, tais como sistemas isolados de energia eólica e solar, pode disponibilizar às comunidades o acesso a energia a preços acessíveis, promover a produtividade e ajudar na criação de emprego, capacitando as empresas, tanto para os pobres rurais e urbanos. Ao mesmo tempo, sistemas de energia renovável em grande escala, com base em hidráulica, biomassa limpa e moderna, geotérmica, eólica ou a energia solar, podem diversificar o fornecimento de energia, reduzir as importações de energia e proporcionar significativos ganhos ambientais locais e globais (UNIDO, 2009).

Através de intervenções de uso das formas modernas de tecnologias de energias renováveis, a poluição do ar doméstico em última análise, pode ser reduzida. Lâmpadas que funcionam a pilhas produzidas pelas mulheres rurais no Bangladesh melhoraram a iluminação e a qualidade do ar doméstico das famílias rurais através da substituição das lamparinas de querosene tradicional por lâmpadas fluorescentes modernas alimentadas por bateria. A vantagem dessas lâmpadas a bateria em relação as lamparinas a querosene reduziu o risco de incêndio, bem como a eliminação de fumos e outras emissões que têm impactos negativos sobre a saúde, incluindo mortes e doenças causadas por poluição doméstica.

Alimentos preparados com formas modernas de energia renovável tornam-se mais seguros para o consumo familiar, reduzindo as doenças, especialmente para as crianças. Combustíveis de energias modernas renováveis não só reduzem os riscos de saúde para as mulheres, que são as principais utilizadoras de combustíveis de biomassa, mas também reduzem a poluição ambiental que tem impactos profundos sobre as mulheres nas zonas rurais e periurbanas que têm menos capacidade, competências e recursos para se adaptarem. Visto que as mulheres constituem a maior proporção de agricultores de subsistência na região, as mudanças climáticas causadas pelas emissões de biomassa vai aumentar os seus níveis de pobreza. Garantir o acesso a tecnologias de energia renovável para as mulheres e homens irá aliviar a pressão sobre os recursos naturais, reduzindo o desmatamento e a degradação da terra.

As mulheres tanto nas áreas rurais e como nas zonas urbanas dependem fortemente de combustíveis de biomassa para cozinhar, iluminação e aquecimento nos lares e nas pequenas empresas. O uso destes combustíveis de biomassa tais como lenha leva ao desmatamento que tem uma série de consequências como a erosão do solo, mudanças climáticas, perda de biodiversidade, aumento das emissões de gases com efeito de estufa e a perturbação dos ciclos de água, entre outros.

Através da integração do género nos projectos de energias renováveis, as condições de vida melhoram tanto para os homens como para as mulheres e crianças. Por exemplo, o projeto Upesi, no oeste do Quênia, foi introduzido para promover a adopção de fogões mais eficientes nas áreas rurais. As condições de vida e trabalho das mulheres melhoraram através

do projecto, permitindo que um número significativo e crescente de mulheres e famílias beneficiassem da poupança de combustível dos fogões a lenha. O projecto coopera com grupos de mulheres na concepção e testes de campo de fogões melhorados. As mulheres foram treinadas na produção, distribuição e instalação dos fogões melhorados. As habilidades de marketing foram melhoradas, e com isso, a capacidade de ganhar rendimentos provenientes de actividades relacionadas com os fogões melhorados. Mais de 16.000 fogões melhorados foram instalados, proporcionando uma oportunidade importante para as mulheres ganharem um bom salário que beneficia famílias e melhora o seu estado social.

5.2 Melhoria da prestação de serviços sociais

A integração do género no sector das energias renováveis contribui para a prestação de serviços sociais de saúde e educação. O acesso à electricidade reduz a taxa de mortalidade materna, através do fornecimento de electricidade ou de outras formas de energia renováveis modernas às clínicas e hospitais, especialmente nas áreas rurais. Isso reduz o risco de mortalidade materna e mortalidade infantil, através de mais iluminação nos quartos durante a noite e na utilização de equipamentos avançados. O acesso a energias renováveis contribui para uma melhor educação onde rapazes e raparigas tem acesso a iluminação para estudos.

5.3 Acesso a serviços modernos de energia

As energias renováveis podem desempenhar um papel importante no aumento do acesso a serviços energéticos modernos que liberam o tempo da mulher nas tarefas domésticas, permitindo estudo e leitura em casa, acesso a meios de ensino e comunicação nas escolas e em casa, mitigação dos impactos da poluição do ar doméstico sobre as mulheres, acesso a melhores instalações médicas para cuidados maternos incluindo refrigeração e esterilização e realização de actividades de geração de renda que contribuem para melhorar a equidade do género. Através de uma abordagem de género, os fornecedores de energia renováveis podem aumentar a sua base de potenciais clientes e para a sustentabilidade no uso das suas tecnologias

Conclusão

A integração do género na energia renovável tem uma série de benefícios que melhoram as condições de vida de homens e mulheres. Como observado acima, o acesso a serviços modernos de energia libera o tempo das mulheres e raparigas para se concentrarem em outras atividades económicas e sociais, tais como o investimento em actividades empresariais e educacionais. O uso de energia limpa concede às mulheres, homens e crianças uma tábua de salvação das condições potencialmente perigosas associadas as formas tradicionais de biomassa.





A região da SADC já tomou a decisão e o compromisso político sobre a igualdade do género e autonomia das mulheres na política regional, tal como indicado no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), reflectidos no Quadro Estratégico sobre o Género e Desenvolvimento (SIF) apoiado pela política do Género da SADC e uma série de outros compromissos regionais e internacionais.

É esta transição de vontade política para acções concretas que apresenta o desafio a enfrentar nos projectos de energia na África Austral porque muitas vezes sem sempre há ligação entre as referências a mulheres ou de género na política e no quadro institucional que rege o sector de energia na região. Esforços de integração do género como preconizados no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional, no Protocolo de Energia e no Instrumento de Integração do Género na SADC não tiveram ainda muito impacto devido, na maior parte dos casos, à ausência de um quadro e de uma estratégia claramente definida como o Programa da CEDEAO sobre Integração do género no Access Energia (ECOW-GEN).

Uma vez reconhecido que uma abordagem do género conduz a uma maior eficiência energética, Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), A Associação Regional dos Reguladores de Electricidade da África Austral (RERA) e Centro Regional para as Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC (SACREEE) devem posicionar-se como catalisadores para a paridade do género e para dar respostas adequadas para o género, capacitação, avaliação e atribuição de recursos, gestão do conhecimento e promoção de investimentos para a realização da integração regional através do acesso da mulher a soluções de energia verde.

Estrategicamente colocar as mulheres no centro de acesso à energia e energia renovável na região irá garantir o sucesso no mandato de dar uma resposta às necessidades dos Estados Membros da SADC no que diz respeito ao desenvolvimento e implementação de energias renováveis e tecnologias de eficiência energética em linha com as tendências continentais e internacionais.

6.1 Avaliação do Contexto Regional

Uma vez que o SACREEE e a RERA centram as suas actividades neste sentido, estas instituições são incentivados a adoptar uma postura deliberada sobre o pessoal para a integração do género. A SADC pode construir a partir do trabalho do ECREEE, cujas definições da sua política na África Ocidental levaram a um diálogo e os resultados vão para além de declarações políticas, para criar uma consciência e compreensão partilhada da dinâmica do género na energia. A integração do género no quadro de pessoal irá garantir que as questões do género na região sejam integradas nas políticas, projecto e estruturas destas instituições fundamentais.

Uma política organizacional e visão de género, aprovada pelos conselhos de administração dessas instituições vai dar aos projectos um mandato claro para a integração do género. Desta forma, os documentos de planeamento do projecto incluirão claramente compromissos e resultados sobre o género para assegurar que seja prestada atenção às questões de género no planeamento, alocação de recursos e monitoria, bem como nos manuais de treinamento, relatórios e outras publicações. Este tipo de planeamento institucional tem a capacidade de estimular uma análise regional contextual da situação de energia renovável e a forma como os homens e as mulheres tem acesso aos diferentes produtos disponibilizados para combater as deficiências de energia nos diversos Estados membros.

6.2 Diálogo Político

Após o mapeamento do estado de energia renovável, o SACREEE e as instituições relacionadas são encorajados a liderar um diálogo político envolvendo todos os ministérios relevantes nos

Estados-Membros, as partes interessadas dos sectores público e privado, e representantes de grupos de mulheres. O diálogo pode ser uma plataforma para discutir questões relacionadas com o género e energia, bem como para o intercâmbio de experiências e lições dos Estados Membros da SADC. O objectivo da plataforma é definir e desenvolver uma política e um quadro estratégico claro para a integração do género no sector de energia renovável, bem como consolidar e apoiar o desenvolvimento de políticas para esta área de energia.

O desenvolvimento de um Plano de Acção do Género na energia renovável irá demonstrar compromisso da implementação prática da agenda de energia renovável e evitar a inconveniente situação de colocar o género apenas como uma questão transversal, sem a propriedade da responsabilidade de implementar estratégias sensíveis ao género a nível do secretariado. Isto irá fornecer ao Secretariado da SADC direcção clara sobre o apoio aos Estados-Membros para abordar questões e preocupações de igualdade do género e de energia renovável nas políticas e programas. Um desdobramento deste exercício de mapeamento regional será a promoção a nível nacional da adopção do Plano de Acção do Género para a inclusão social da energia sustentável para todos os cidadãos da região.

6.3 Alocação de Recursos e Monitoria

Como o desenvolvimento do Plano de Acção do Género está em curso, é fundamental que o quadro explicita claramente o método para a alocação de recursos e orçamento para o exercício de integração. Os esforços de integração do género não serão sustentáveis a menos que haja uma dotação orçamental global a favor de todo o exercício. Consultas, exercícios de mapeamento de estratégia e a produção de regulamentos claros exigem um orçamento. Mecanismos de monitoria e avaliação para acompanhar a implementação do Plano de Acção do Género a níveis regional e nacional terão de ser desenvolvido para analisar e documentar as histórias de progresso e sucesso por forma a servirem de base para os planos estratégicos futuros. Incentivos para a prestação de contas terão de ser criados tanto a nível regional e nacional.

6.4 Criação Unidades e Pontos Focais do Género no Sector de Energia

O novo SACREE é incentivado a promover a criação Unidades e Pontos Focais do Género no Sector de Energia ou nos ministérios relevantes dos Estados-Membros. Como visto nos exemplos dos países da África Ocidental que adotaram a política de ECOW-GEN, estabelecendo estas unidades, a utilidade destas entidades, coordenada por pontos focais de género nomeados na base de experiência relevante, é criar programas de defesa para a consciência geral sobre a importância da integração da dimensão de género no acesso à energia. Estabelecendo um elo de ligação com decisores políticos e comunidades, deverão desempenhar as seguintes tarefas:

- Produzir indicadores sensíveis ao género para o sector de energia;
- Agregar informações para melhorar a disponibilidade e o uso de estatísticas do género pelas várias partes interessadas; e
- Produzir estatísticas sensíveis ao género.

Na SADC, a presença de unidades de género irá fechar significativamente o fosso entre as declarações de integração de género e as políticas do Protocolo de Energia, do RISDP, do RIDMP e o valor das suas estratégias devido à acção de acompanhamento pelos pontos focais do género através da interpretação e implementação prática dos programas e projectos.

6.5 Estratégia de Comunicação

O SACREE, possuindo já um Plano de Acção do Género para a energia renovável, é importante que crie uma estratégia de comunicação para ser usada em todas as fases e ciclos dos seus projectos. A estratégia será útil para mobilizar os Estados-Membros e as partes interessadas através do intercâmbio de conhecimentos, apreciação dos processos e dos resultados desejados e esperados, integração da estratégia de intervenções a nível nacional e da forma como esses esforços nacionais podem contribuir para os objectivos de integração e cooperação regional.

6.6 Participação nos mercados das energias renováveis

A liberalização dos mercados da energia está abrindo novas oportunidades para a prestação de serviços de energia. Estão a surgir Empresas de Serviços de Energia Renovável muitas delas com foco nas áreas rurais, oferecendo a possibilidade de bons rendimentos. Os Estados Membros da SADC devem assegurar que as mulheres não sejam excluídas destas oportunidades. Os Pontos Focais do Género dos Estados Membros podem trabalhar com os órgãos superiores regionais para superar a percepção de que as mulheres não tem interesse nas questões técnicas. As mulheres precisam de ser capacitadas com conhecimento, confiança e recursos físicas para fazerem eficazmente as suas contribuições. Uma abordagem holística é necessária para fornecer competências técnicas e empresariais. O exemplo das mulheres no Burkina Faso e em outros lugares de África, citados no capítulo 4, mostra que as mulheres já são empreendedoras de energia, como uma série de programas sobre fogões melhorados e iniciativas solares disponíveis na região.

Conclusão

Recomenda-se que as principais instituições que trabalham na área de energia renovável na SADC, como o SACREEE, embarquem na criação de secretarias, integração do género no seu quadro de pessoal, criação de unidades de género e na nomeação de pontos focais de género com mandatos claros para a integração do género e construção de capacidade na equipa, tudo isto acompanhado pelos necessários orçamentos. Considerando que o objectivo principal de instituições como a RERA e o SACREEE é dar resposta às necessidades dos Estados Membros da SADC no tocante ao desenvolvimento e implementação de energias renováveis e tecnologias de eficiência energética, enquanto se adaptam aos compromissos internacionais, é importante que estas instituições se posicionem para a produção prática das respostas apropriadas ao género no seu mandato de implementação e gestão de políticas, capacitação, avaliação e atribuição de recursos, gestão do conhecimento e promoção de investimentos para a materialização da integração regional através do acesso a soluções de energia verde.



REFERÊNCIAS

- AFREA, 2014. *Gender and Energy*. Dakar, Senegal
- African Union Commission, 2015. *Agenda 2063: The Africa We Want*, Final Edition. Addis Ababa
- BPC, 2011. *Gender Mainstreaming in the Botswana Power Corporation*. Gaborone
- Clancy J, 2000. *Gender Equity and Renewable Energies*. University of Twente, Netherlands
- ECA, 2006. *Sustainable Energy: A Framework for New and Renewable Energy in Southern Africa*. Economic Commission for Africa, Southern Africa Office, Lusaka
- ECOWAS, 2013. *ECOWAS Renewable Energy Policy*. Abuja, Nigeria
- IISD, 2013. *Measuring Progress Towards Sustainable Development Goals*. Manitoba, Canada
- IRENA, 2013. *Southern African Power Pool: Planning and Prospects for Renewable Energy*. IRENA, Abu Dhabi
- Mabebe-Wright, 2012. *Who has access to renewable energies in Africa?* Gaborone
- REN21, 2015. *SADC Renewable Energy and Energy Efficiency Status Report*. REN21, Paris
- REN21, 2012. *Renewable Energies Global Status Report*. REN21 Secretariat, Paris
- SADC, 2015. *SADC Regional Indicative Strategic Development Plan – Revised*. SADC, Gaborone
- SADC, 2013. *SADC Statistical Yearbook*. SADC Secretariat, Gaborone
- SADC, 2012. *Regional Infrastructure Development Master Plan: Energy Sector Plan*. SADC Secretariat, Gaborone
- SADC, 2008. *Protocol on Gender and Development*. SADC Secretariat, Gaborone
- SADC, 1996. *Protocol on Energy in the Southern African Development Community Region*. SADC Secretariat, Gaborone
- SADC, 1992. *SADC Treaty*. SADC Secretariat, Gaborone
- SADC, SARDC, 2016. *Mainstreaming Gender in the SADC Energy Sector*. Energy Policy Brief No. 12. *Southern Africa Today/SADC Today*, Vol 18 No. 4 June 2016. SADC, SARDC, Gaborone, Harare
- SADC, SARDC, 2016. *SADC Energy Monitor*. Gaborone, Harare
- SADC, SARDC, 2016. *SADC Gender and Development Monitor*. Gaborone, Harare
- SADC, SARDC, 2013. *SADC Gender Monitor 2013: Women in Politics and Decision-Making Positions*. Gaborone, Harare
- SADC, SARDC, 2012. *UN Sustainable Energy for All*. *Southern Africa Today/SADC Today*, Vol 14 No. 2. February 2012. Gaborone, Harare
- SADC, SARDC, 2010. *SADC Energy Thematic Group Bulletin*, Issue 4. Gaborone, Harare
- SARDC, 2008. *Beyond Inequalities: Women in Southern Africa*. SARDC, Harare
- UNDP, 2012. *Gender and Energy, Gender and Climate Change Africa*. Policy Brief 3
- UNIDO, 2014. *Guide On Gender Mainstreaming Energy and Climate Change Projects*. UNIDO, Vienna
- ZAMCOM, SADC, SARDC, 2015. *Energy*, Chapter 6 in *Zambezi Environment Outlook 2015*, Harare, Gaborone



 Austrian
Development Cooperation